

Acção Socialista



N.º 1295 12 Dezembro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Gestão das escolas com novo regime

Participação das famílias e comunidades

Reforço da autonomia

Constituição de lideranças fortes

Abrir a escola, reforçar a participação das famílias e das comunidades na sua direcção estratégica, favorecer a constituição de lideranças fortes e reforçar a autonomia dos estabelecimentos de ensino, foram as novidades que o primeiro-ministro levou a debate ao Parlamento.



PÁGINA 20

Entrevista

18



António Braga:
“Facilitar a vida das pessoas e aproximá-las de Portugal”

Federação de Braga

2



Joaquim Barreto:
“Fazer crescer e fortalecer o PS no distrito”

Estradas

10

Mapas com os principais empreendimentos rodoviários do país

OPINIÃO

Miguel Laranjeiro
Fernando Peixinho
Custódia Fernandes
Catarina Marcelino
Maria de Lurdes Ruivo
Ricardo Gonçalves
Carlos Zorrinho

www.ps.pt Aconteceu, já é notícia.



“Fazer crescer e forta

ENTREVISTA A JOAQUIM BARRETO, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE BRAGA

Modernizar, mobilizar e fazer crescer o partido no distrito têm sido os objectivos que têm norteado a acção de Joaquim Barreto e da sua equipa à frente da Federação de Braga. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o líder distrital do PS defende que o Governo deveria elencar como prioridade até ao final da legislatura o combate ao desemprego, que considera um “desígnio nacional” que a todos deve competir: Executivo, empresas, parceiros sociais e à generalidade dos cidadãos.

J. C. CASTELO BRANCO

Que mais-valias trouxe a sua liderança?

Quando assumi a presidência da Federação, eu e as pessoas que me têm acompanhado como dirigentes distritais, definimos e temos vindo a executar, na sequência das moções aprovadas nos congressos federativos, um conjunto de intervenções políticas, com os seguintes objectivos: reforçar a identidade do partido com o meio e as suas necessidades em suma, procurando envolver os militantes e os simpatizantes nas causas da sociedade; fazer crescer e fortalecer o partido no distrito aumentando o número de adesões de cidadãos como militantes; e modernizar e mobilizar o Partido Socialista e a sua estrutura distrital, aproveitando também as vantagens das novas tecnologias, com a finalidade de estabelecer uma relação de proximidade e de eficácia com as estruturas concelhias, nacional, Juventude Socialista, Mulheres Socialistas, militantes e simpatizantes.

Esses objectivos têm sido conseguidos ao longo dos últimos anos. Com efeito, o Partido Socialista de Braga tem estado sempre ao lado das gentes do distrito no debate e na resolução dos seus anseios e problemas. A Federação de Braga é hoje uma das maiores do país, com mais de 13.500 militantes, tendo registado nestes últimos anos um crescimento médio de adesões da ordem dos 36 por cento.

A participação dos militantes, dos simpatizantes e de muitos independentes que têm estado connosco, tem-se revelado extraordinariamente importante para que possamos fazer diagnósticos de avaliação prospectiva e apresentar propostas que correspondam às necessidades e às realidades locais. Criámos um modelo interno de funcionamento aproximando os dirigentes dos militantes, através da implementação de Planos de Acção que passaram pela criação de pelouros para as diferentes áreas de actuação.

Que iniciativas tem a Federação agendadas para os próximos meses?

À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, vamos organizar no início de 2008 um Encontro Distrital de Autarcas.

Vamos continuar a promover diversas iniciativas no âmbito das Novas Fronteiras.

Vamos manter as reuniões com as secções sectoriais, militantes e membros do Governo sobre política geral e temáticas que sirvam para informar, esclarecer e promover a participação dos militantes e simpatizantes naquilo que são as reformas que o Governo está a levar a cabo, fornecendo-lhes informação importante para a defesa dessas políticas.

Na relação de proximidade, cooperação e solidariedade com as estruturas concelhias, nomeadamente onde não somos poder autárquico no município, vamos continuar a fazer reuniões descentralizadas nas diferentes secções, com dirigentes, autarcas e militantes, tendo como finalidade informar e sermos informados das situações políticas em concreto dos diferentes concelhos.

Em conjunto com os deputados eleitos pelo nosso círculo eleitoral, iremos organizar um seminário para debater os apoios da União Europeia, no âmbito do QREN e das suas implicações no distrito de Braga.

Globalmente, estas são as acções mais importantes que destacamos, embora muitas outras irão decorrer durante o próximo ano.

Como se tem processado a renovação dos órgãos federativos?

A renovação dos órgãos federativos tem-se processado com normalidade de uma forma gradual e sustentada, a partir dos jovens, dos autarcas independentes que integram as listas do partido, dos novos militantes e de outros que, embora sejam militantes há vários anos com experiência política, nunca assumiram funções de dirigentes nos órgãos da Federação. De acordo com os dados que possuímos, com base nas listas dos órgãos federativos dos diferentes mandatos, a renovação tem sido superior a 43 por cento, sendo de destacar neste processo a participação significativa de mulheres em cargos directivos.

Como têm decorrido as relações com a JS, o Departamento das Mulheres Socialistas, as concelhias e as secções?

Estabelecemos um relacionamento aberto, franco e activo com



todas as estruturas partidárias. Promovemos a cooperação institucional sobre diferentes assuntos políticos e não só, o que nos tem permitido levar a efeito com sucesso as iniciativas realizadas por cada uma dessas organizações. No respeito pela autonomia de cada uma das estruturas, demos todo o apoio logístico que nos foi solicitado, para a organização dos actos eleitorais, do Departamento das Mulheres, da organização da Convenção da JS e das Comissões Políticas Concelhias. Temos estado sempre ao lado dos dirigentes das diferentes estruturas, apoiando-os de uma forma empenhada na resolução dos problemas que nos apresentam e motivando-os a uma participação activa e responsável

nos desafios que as novas políticas, nomeadamente as sociais, exigem ao Partido Socialista.

Como se tem processado a abertura do partido aos independentes e à sociedade civil, no âmbito do espírito das Novas Fronteiras?

Mantemo-nos atentos às dinâmicas da sociedade civil, dialogando com as pessoas e organizações do tecido económico e social, numa partilha de posições e informações relevantes para a actividade partidária no distrito em articulação com a direcção nacional do partido e membros do Governo. Com a finalidade de interpretar as expectativas dos cidadãos, promovemos conferências, reuniões, encontros

e outras acções com os deputados, dirigentes nacionais e governantes chamando à participação muitos independentes para o debate e troca de experiências.

Temos também realizado no quadro das Novas Fronteiras um ciclo de conferências abertas, denominadas “As Outras Faces do Poder”, no qual têm participado como conferencistas personalidades de relevo com grande dimensão nacional, da área do jornalismo, do meio académico, do sector empresarial, da igreja e da política.

Quais são, na sua opinião, os principais problemas do distrito de Braga?

O distrito de Braga, com cerca de 800 mil habitantes, vem sendo,

lecer o PS no distrito”

ao longo dos anos, um dos mais dinâmicos do país. Aqui se consolidou uma importante vertente do processo de industrialização, pioneiro nas relações económicas externas com os blocos em formação, primeiro a EFTA e mais tarde o processo de integração europeia.

Esta dependência dos sectores industriais ditos tradicionais, sobretudo do têxtil e vestuário, que criaram durante anos muitos empregos, constitui actualmente, um factor de constrangimento económico e social, por via dos processos de reestruturação que crescentemente vem libertando mão-de-obra.

Assim, o distrito de Braga vê-se hoje confrontado com elevados níveis de desemprego afectando pessoas com idades superiores a 40 anos, de forma mais sensível, as mulheres. Por outro lado, sendo Braga o distrito mais jovem do país, depara-se com elevados níveis de desemprego dos jovens, na sua maioria os que possuem formação académica superior.

É urgente, por isso, que às espe-

reuniões descentralizadas nos concelhos, de Celorico de Basto, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde, e Esposende com os dirigentes partidários das estruturas concelhias e com os autarcas eleitos nas listas do Partido Socialista, para fazer a avaliação dos problemas, o diagnóstico actual e também uma antevisão prospectiva.

Por outro lado, o pelouro das Autarquias da Federação criou um grupo de trabalho específico para analisar e debater de uma forma empenhada com os responsáveis concelhios, as próximas eleições autárquicas.

Que avaliação faz da Lei das Finanças Locais?

Com a nova Lei das Finanças Locais pretendeu-se mais rigor, mais transparência e mais equilíbrio financeiro nas contas das autarquias. Esta Lei está apenas no seu segundo ano de aplicação, sendo ainda um pouco cedo para se fazer uma avaliação rigorosa dos resultados decorrentes da sua implementação prática na activi-

mais os apoios para o imaterial e prioritariamente para as acções de índole supramunicipal.

Como é sabido as prioridades estratégicas são a formação das pessoas, o crescimento sustentado, a coesão social, a qualificação do território e das cidades e a eficiência da governação que consideramos muito positivas e inovadoras.

É por isso, também, um quadro mais competitivo que vai exigir dos promotores mais atenção, melhor planeamento, projectos com mais qualidade, mais parcerias e maior cooperação institucional.

Para a região Norte estão previstos 8000 milhões de euros, dos quais se espera que parte significativa venha a beneficiar o distrito de Braga e as suas gentes.

O próximo ciclo de fundos estruturais representa um estímulo e uma oportunidade para fazer mais e melhor e, com isso, modernizar e mudar a face do país, nomeadamente através da qualificação dos seus recursos humanos. É aqui que está a chave do desenvolvimento futuro: no conhecimento e no saber. Todos os recursos são

da Segurança Social e apoio aos mais carenciados, o equilíbrio das contas públicas, a inversão da tendência do crescente insucesso e abandono escolar, os resultados operacionais ao nível da protecção civil, são exemplos e a certeza de que o esforço pedido aos portugueses será compensado no futuro próximo.

Quais as prioridades políticas, na sua opinião, que o Governo deveria ter até final da legislatura?

Sabemos que as políticas estão directamente dependentes do avanço da nossa economia e esta, fortemente influenciada pelas incidências internacionais, muitas vezes imprevisíveis e incontroláveis.

Todavia, há que elencar prioridades, e sem dúvida que o combate ao desemprego deverá ser designio nacional que a todos deve competir: Governo, empresas, parceiros sociais e à generalidade dos cidadãos.

O distrito de Braga é o mais afectado pelos choques assimétricos que se revelam em efeitos negativos

destinatário, e principal beneficiário.

Que comentário lhe merece a actuação do primeiro-ministro?

Considero que o primeiro-ministro tem desempenhado a sua função com muita coragem, assumindo desde a tomada de posse uma postura de firmeza, grande competência e uma boa coordenação das políticas governamentais e do Governo. O seu bom desempenho é notório e reconhecido em Portugal, na União Europeia pelos governos dos países que a integram e também por uma boa parte de governantes a nível mundial.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Aos militantes do Partido Socialista do distrito de Braga quero deixar uma palavra de confiança e de esperança no futuro.

Estamos no governo, num momento particularmente difícil para o País. Tem havido necessidade de tomar medidas difíceis para equilibrar as contas públicas e

“O PS de Braga tem estado sempre ao lado das gentes do distrito no debate e na resolução dos seus anseios e problemas”

“A Federação, hoje uma das maiores do país, com 13.500 militantes, registou nestes últimos anos um crescimento médio de adesões da ordem dos 36 por cento”

“Com a nova Lei das Finanças Locais pretendeu-se mais rigor, mais transparência e mais equilíbrio nas contas”

cificidades do distrito de Braga, sejam dadas respostas adequadas à realidade, que é única no país. Os incentivos à criação de empresas e o alargamento dos estágios para jovens são medidas acertivas.

De que forma a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as eleições autárquicas de 2009?

O Secretariado da Federação tem vindo a acompanhar de perto através da informação que lhe é disponibilizada pelas estruturas concelhias e pelos eleitos locais a actividade autárquica desenvolvida nos municípios da área geográfica da Federação. Num quadro de acção de proximidade e também de solidariedade temos efectuado

idade financeira do poder local. No entanto, a partir de 2009 quando não existirem os mecanismos de travão previstos na Lei, poderão surgir dificuldades para algumas autarquias.

Com esta Lei aumentaram-se os poderes tributários dos municípios e as bases do cálculo do endividamento municipal passaram a ser calculadas de uma forma mais correcta, embora com algumas limitações.

Como avalia o QREN agora apresentado, designadamente a aposta na qualificação, competitividade e valorização do território?

O Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN direcciona

limitados e percíveis, excepto o conhecimento que está em expansão contínua.

Que balanço faz dos dois anos e meio do Governo do PS?

O actual Governo tem revelado uma notável coragem e elevado sentido de responsabilidade. As reformas efectuadas, até aqui sempre adiadas, contemplam medidas impopulares que outros governos não tiveram a coragem de concretizar.

Todavia, era a própria soberania nacional que estava em causa. O país entraria em colapso se o primeiro-ministro José Sócrates e o seu Governo não enfrentassem e resolvessem os problemas com frontalidade e determinação. A garantia de sustentabilidade

do processo da globalização. Por isso, são requeridas medidas extraordinárias que ajudem à fixação de empresas e à criação de emprego, através da canalização de investimento público e privado e também da instalação de serviços públicos, indispensáveis à consolidação de ambiente propício, em presença da reforma em implementação no âmbito do PRACE.

A regulamentação e aplicação do QREN deverá ter em consideração a realidade descrita. Por outro lado, as reformas em curso, porque em substância são indispensáveis, devem prosseguir, mas com redobrado esforço e atenção à forma da sua concretização, privilegiando sempre uma correcta e oportuna informação junto do cidadão, seu

para promover o desenvolvimento equitativo do todo nacional e o bem-estar do povo português. Assim, temos que estar à altura, sendo responsáveis na análise dos diferentes aspectos da governação.

Pela nossa parte, vamos continuar a realizar reuniões alargadas com dirigentes nacionais e membros do Governo para abordarem as políticas globais e sectoriais com os militantes e simpatizantes, de modo a mantê-los bem informados para que possam fazer a defesa das reformas governamentais que estão a ser implementadas.

Queremos um partido com militantes bem informados, participativos e activos na defesa dos valores e princípios da democracia, da liberdade e da solidariedade.



Reunião descentralizada do Secretariado da Federação na Concelhia de Vila Verde

O PS NO DISTRITO DE BRAGA**Presidente da Federação**

Joaquim Barroso Almeida Barreto

Comissão Política**Eleitos**

Joaquim Barroso Almeida Barreto
Francisco Soares Mesquita Machado
José Manuel Martins Ribeiro
António Magalhães Silva
Ana Paula Ribeiro Vieira C. Costa
Laurentino José Monteiro Castro Dias
António Fernandes Silva Braga
Maria José Machado Gonçalves
Fernando Ribeiro Moniz
Francisca Maria Costa Abreu
João António Fernandes Polery
José Paulo Maia Matias
Jorge Agostinho Borges Machado
Alfredo Cardoso Conceição
Orquídea Agostinha P. Silva Ferreira
Nuno Álvaro Freitas Barbosa Alpoim
Natália Cristina Vieira Dias
Jorge António Oliveira Faria
Nuno André Araújo Santos Reis Sá
Dinis Manuel Silva Costa
Armindo José Ferreira Costa Silva
Manuel Armando Salgado Santos
Maria Bernardete Magalhães A. Duque
Marco Olavo Silva Candeias
Domingos São Bento Rodrigues
Alfredo Carvalho Teixeira
Jorge José Tinoco Ferreira
António Fernando C. Sousa Lourenço
Mara Raquel Gonçalves Costa Simões
Elisa Maria D. Costa Carvalho
Márcia Andreia Rodrigues Fonseca Barros
Lucinda Carlota M. O. Fonseca
José Ângelo Carvalho Lopes
Vitor Manuel Amaral Sousa
Luís Lopes Noronha
José Rodrigues Martins
Benvinda Jesus Martins T. Magalhães
Carla Maria Cunha Marinho
César Manuel Castro Machado
José Manuel Oliveira Lopes
Francisco Martins Morais
Maria Fernanda Vicente Dias Ribeiro
Henrique Manuel S. Moura
Hélder Emanuel Teixeira Vaz
Domingos Ribeiro Pereira
Ana Paula Enes M. Pereira
Manuel Joaquim Alves Gonçalves
Joaquim Orlando M. Oliveira
Jerónimo José Ribeiro Silva
Manuel Aarão F. Sousa
Paula Cristina S. Oliveira
Manuel Gonçalves Ferreira

Irene Maria O. Fontes
Isabel Maria O. Ferreira
Jorge Duarte Silva
Fernando Jorge Mendes Teixeira
Alberto Fernando L.S. Machado
Armindo Alfredo Pereira Queirós
Adriano Rosa A. Valente Silva
Jorge Joaquim Duarte Costa
Maria Conceição Falcão Ferreira
Carlos Rodrigo F. Alves Mota
Luís Miguel S. Mendonça Alves
Vitor Manuel Abreu Fernandes
Antero Silva Oliveira Fernandes
Maria Adelina Ortiga Castro
Maria Helena Barbosa A.P. Oliveira
Joaquim Alves Costa
Fernando Amadeu Truta Fraga Santos
Isabel Maria Freitas S. Ferreira

Inerentes

António Manuel Pinto Silva
Amadeu Artur Matos Portilha
António Domingues Azevedo
António Joaquim Vieira Ramalho
António Ribeiro Silva Reis
Artur Clemente Gomes Sousa Lopes
Carlos Fernando Pereira A. Mendes
Carlos Remísio Dias de Castro
Deolinda Isabel Costa Coutinho
Domingos Bragança Salgado
Domingos Júlio Silva
Francisco Ângelo Silva Ferreira
Frederico Oliveira Castro
Guilherme José Coelho Alves
Horácio Rodrigues Oliveira Barra
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime Bonifácio Marques Silva
João Macedo Lourenço
Jorge Augusto Abreu Dantas
Laurentino Cruz Regado
Lúcio Manuel Mota Pinto Silva
Luís Filipe Oliveira Silva
Luís Miguel Morais Gomes Vale
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Manuel António Gonçalves Mota Silva
Manuel Maria A. Lopes Machado
Maria Augusta A. Fontes Santos
Maria Clotilde Ribeiro Freitas Lopes
Maria Daniela Pereira Silva
Maria do Carmo Antunes Silva
Nuno Miguel Jorge B. Almeida Barreto
Palmira Maciel Fernandes Costa
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rui Jorge Monteiro Xavier
Serafim China Pereira
Sérgio Manuel Cardoso Matos
Sónia Ermelinda M. S. Fertuzinhos
Teresa Elsa Machado Silva Costa
Virgílio João Ribeiro de Carvalho

Presidente JS

Hugo Alexandre Polido Pires

Eleitos JS

Luís Alberto Faria Gonçalves Machado
Fernanda Conceição Silva Torre
Jorge Miguel Assis Caldeira Cruz Corais
Daniel David Silva Bastos
Hilário Manuel Ribeiro Pinto Campos
Pedro Miguel Faria Cardoso
Luís Miguel F.M. Carvalho Soares

Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Fianceira

Domingos Azevedo
José Pedro Marques
Jorge Braga
Elvira Fertuzinhos
Paulo Jorge Costa

Comissão Federativa de Jurisdição

José Leite Ferreira Lopes
Emídio Rubim Sousa Santos
Ana Rita Sameiro Barra
Carlos Rogério Rodrigues
Francisco Manuel Costa Azevedo
Filipe Manuel Martins Castro
Monique Jesus Costa Rodrigues

Secretariado

Alfredo Carvalho Teixeira
Amadeu Artur Matos Portilha
Ana Paula Ribeiro Vieira C. Costa
Ana Paula Enes Morais Pereira
António Manuel Pinto Silva
António Joaquim Vieira Ramalho
Artur Clemente Gomes Sousa Lopes
Carlos Fernando Pereira A. Mendes
Maria do Carmo Antunes Silva
Jaime Bonifácio Marques Silva
Laurentino Cruz Regado
Palmira Maciel Fernandes Costa
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rui Jorge Monteiro Xavier
Teresa Elsa Machado Silva Costa
Hugo Alexandre Polido Pires
Presidente da Federação da JS
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Coordenador dos Deputados

Suplentes

Paula Cristina Santos Oliveira
Lúcio Manuel Mota Pinto Silva
Maria Fernanda Vicente Dias Ribeiro

Presidentes das Comissões Políticas Concelhias

Domingos Júlio Silva
AMARES

Horácio Rodrigues Oliveira Barra
BARCELOS

Francisco Soares Mesquita Machado
BRAGA

Serafim China Pereira
CABECEIRAS DE BASTO

Manuel Maria A. Lopes Machado
CELORICO DE BASTO

Luís Miguel Morais Vale
ESPOSENDE

Antero Silva O. Barbosa Fernandes
FAFE

Domingos Bragança Salgado
GUIMARÃES

Sérgio Manuel Cardoso Matos
PÓVOA DE LANHOSO

Guilherme José Coelho Alves
TERRAS DE BOURO

Jorge Augusto Abreu Dantas
VIEIRA DO MINHO

Nuno André Araújo Santos Reis Sá
V.N. DE FAMALICÃO

Luís Filipe Oliveira Silva
VILA VERDE

Francisco Ângelo Silva Ferreira
VIZELA

Presidentes de Câmara e Presidentes de Assembleia Municipal**Amares**

José Lopes Gonçalves Barbosa
- PCM
Virgílio João Ribeiro de Carvalho
- PAM

Braga

Francisco Soares Mesquita Machado - PCM
António Fernandes da Silva Braga - PAM

Cabeceiras de Basto

Joaquim Barroso Almeida Barreto - PCM
Serafim China Pereira - PAM

Fafe

José Manuel Martins Ribeiro
Laurentino José Monteiro Castro Dias - PAM

Guimarães

António Magalhães Silva
- PCM
Carlos Remísio Dias de Castro
- PAM

Póvoa de Lanhoso

Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
- PAM

Vieira do Minho

Helena Maria da Costa Silva
- PAM

Vizela

Francisco Ângelo Silva Ferreira
- PCM
João António Cocharra de Almeida - PAM

Deputados eleitos pelo distrito de Braga

António José Seguro
Teresa Venda
Miguel Laranjeiro
Isabel Jorge
Isabel Coutinho
Manuel Mota
Ricardo Gonçalves
Sónia Fertuzinhos
Nuno Sá

Deputados eleitos e/ou exerceram mandato

Vieira da Silva
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
António Braga
Sec. Estado das Comunidades Portuguesas
Fernando Moniz
Governador civil do Distrito de Braga
Laurentino Dias
Sec. Estado da Juventude e do Desporto
Vitor Hugo Salgado
Assessor do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

Mulheres Socialistas**Conselho Consultivo**

Maria do Carmo Antunes
PRESIDENTE
Ana Paula Enes Morais Pereira
Maria de Fátima O. Caldeira
Maria Adelina Ortiga Castro
Laurinda Jesus C. Matos Pimenta
Paula Cristina Santos Oliveira
Monique Jesus Costa Rodrigues
Benvinda Jesus Martins T. Magalhães
Emília Paula Magalhães
Lucinda Carlota M.F.O. Fonseca
Maria Cândida Serapico Alves
Elisa Maria D. Costa Carvalho
Maria Fernanda Vicente Dias Ribeiro
Sandra Isabel Coutada Teixeira
Maria Helena B.A. Pardal Oliveira
Maria Lídia G. Vale Rocha Silva
Teresa Elsa Machado Silva Costa

Secretariado

Maria do Carmo Antunes
PRESIDENTE
Ana Paula Enes Morais Pereira
Maria Fernanda Vicente Dias Ribeiro
Teresa Elsa Machado Silva Costa
Maria Adelina Ortiga Castro



Campanha promove Portugal cosmopolita e empreendedor no exterior

Promover a imagem de Portugal como um país cosmopolita, dinâmico e empreendedor é o objectivo central da nova campanha de promoção externa do país, que arranca a 13 de Dezembro, dia da assinatura do Tratado de Lisboa.

J. C. CASTELO BRANCO

NA APRESENTAÇÃO da campanha de promoção externa de Portugal que pretende reposicionar o país como a costa oeste da Europa e que abandona o conceito de sol e mar, até hoje quase único, realizada no Parque das Nações, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, afirmou que “queremos associar a imagem de Portugal a um país que anda para a frente”, transmitindo uma imagem forte, dinâmica e inovadora.

Manuel Pinho sublinhou que a nova imagem traz “notoriedade” a Portugal, sustentando que “o nosso país tem mais valor do que muitos dizem e pensam, e passa relativamente despercebido”.

Uma situação que não é encarada por Manuel Pinho como um obstáculo mas sim como “um bom ponto de partida”, já que, considerou, “é preciso conhecer bem Portugal para se começar a gostar dele”.

Mudar a imagem de Portugal no estrangeiro é o objectivo central do Governo, através desta campanha

Portraits from the West Coast of Europe by Nick Knight

Mariza, fado singer

Portugal
Europe's West Coast



que envolve um investimento global de três milhões de euros e vai percorrer nos próximos dois meses as principais capitais europeias, além do território nacional.

Sob o lema “Portugal Europe's West Coast”, a campanha aposta em oito personalidades portuguesas das mais diversas áreas, que são o símbolo de um Portugal moderno e vencedor. “Fazem parte de uma geração de talentos que se está a

afirmar a nível internacional” e que tem “garra e gana para vencer”, frisou Manuel Pinho.

José Mourinho, Mariza, Cristiano Ronaldo, Nelson Évora, Vanessa Fernandes, Miguel Câncio Martins, Maria do Carmo Fonseca e Joana Vasconcelos são os rostos da promoção de Portugal no exterior.

A aposta de Portugal na área das energias renováveis é outra das mensagens da campanha publici-

“Campanha vai trazer notoriedade a Portugal”

MANUEL PINHO, MINISTRO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO

tária, que terá um investimento de três milhões de euros.

Imprensa e “outdoors” foram os meios escolhidos para a acção de promoção, cujos principais destinatários vão ser “os actuais e potenciais visitantes, investidores e compradores de produtos portugueses”, sublinhou ainda Manuel Pinho.

O projecto do Ministério da Economia e de Inovação é realizado em conjunto pelo Turismo de Portugal e pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), contando ainda com o apoio do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (Prime).

Em paralelo com a nova campanha, o Governo apresenta o “Livro da Marca: Como Portugal se Apresenta ao Mundo”, que reúne o diagnóstico sobre a nossa reputação e as razões pelas quais permanece uma grande diferença entre a percepção que os estrangeiros têm do país e a realidade. O objectivo é “mudar o filtro com que nos vêem”, realçando a imagem do melhor que Portugal tem.

Independência energética ampliada com Programa Nacional de Barragens

A CONSTRUÇÃO da barragem de Foz Tua vai arrancar dentro de um ano, anunciou o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Nunes Correia, durante a apresentação da versão final, aprovada pelo Governo, do Programa Nacional de Barragens, que aumentará a capacidade hídrica do país em 50 por cento, com a conclusão das dez novas barragens previstas.

Segundo referiu Nunes Correia, o processo de construção de Foz Tua será feito através de um concurso simplificado, que dá preferência à primeira entidade que manifestou interesse na construção desta infra-estrutura, ou seja, à EDP.

Para as restantes nove barragens, disse, será adoptado um procedimento pré-contratual de concurso público internacional.

O ministro do Ambiente adiantou que o concurso para a construção destas barragens deverá ser lançado dentro de três meses e que as obras deverão avançar num prazo máximo de 30 meses.

E acrescentou que às empresas que ganharem os concursos públicos serão



atribuídos títulos de concessão, que implicarão obrigações contratuais com uma forte componente ambiental”, ao mesmo

tempo que terão também de “disponibilizar água para consumo público”.

As dez barragens, que vão implicar um

investimento total entre 1000 e 2000 milhões de euros, irão permitir aumentar a capacidade de produção hídrica do país em 1100 megawatts.

O Programa Nacional de Barragens para a produção de energia com origem hídrica até 2020, catapultará o país em mais de 7000 megawatts de potência hidroeléctrica instalada, o que dará ao país “uma enorme independência energética”, disse o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho.

“Seria uma total inconsciência apostar na energia eólica e não na hídrica. Devemos desenvolver ambas”, afirmou, sublinhando que esta opção se justifica plenamente, porque “uns têm petróleo e carvão, enquanto nós temos vento e água”.

O Programa Nacional de Barragens agora aprovado mantém a opção pelos dez empreendimentos apresentados inicialmente: Foz Tua, no rio Tua; Pinhosão, no rio Vouga; Padroselos, Vidago, Daivões, Fridão e Gouvães, no rio Tâmega; Girabolhos, no rio Mondego; Alvito, no rio Ocreza; e Almourol, no rio Tejo.

OPINIÃO



MIGUEL LARANJEIRO
Deputado do PS

Os fundos comunitários do QREN são uma boa janela de oportunidade. Sabemos que não são só as verbas que resolverão os problemas da competitividade, do desenvolvimento ou do desemprego, mas sem essas verbas seria muito mais difícil

NORTE – NO CENTRO

1. PORTUGAL fica a ganhar sempre que há mais equilíbrio no desenvolvimento do país, sempre que se assiste a um enquadramento mais justo e equitativo. É incontornável que o Norte do país estará no centro desse desenvolvimento, mas a capacidade e a dimensão com que se atingirá esse desiderato é essencial para o equilíbrio harmonioso de Portugal.

Estará o Norte preparado para ocupar o centro e ser esse motor do desenvolvimento? Capitanear a criação de riqueza, aproveitando a capacidade empreendedora que lhe é reconhecida? Esta dúvida é recorrentemente colocada, sobretudo por aqueles que duvidam das potencialidades da região. Pessoalmente tenho a profunda convicção de que o Norte tem todos os ingredientes para se tornar numa região charneira na Europa, moderna e aglutinadora de investimento e de criatividade.

O país ganha com um Norte forte, que ajude na relação de equilíbrio, crescentemente necessária, para o desenvolvimento integrado e integral de Portugal. Todos os países que conseguiram esse desenvolvimento equilibrado saíram a ganhar em termos de coesão económica, social e territorial.

O Norte tem estado em divergência do PIB *per capita* face à média nacional (de um índice 82 em 100 em 2001 para 79 em 2004), e a queda da produtividade face à média nacional (de 83 em 2002 para 81 em 2004). O diagnóstico e o enquadramento está feito e bem feito. Perante esta situação importa reagir e é a esse esforço que se assiste, por parte, entre outros, dos trabalhadores, dos empresários, das autoridades regionais e do Governo.

Os fundos comunitários do QREN são uma boa janela de oportunidade. Sabemos que não são só as verbas que resolverão os problemas da competitividade, do desenvolvimento ou do desemprego, mas sem essas verbas seria muito mais difícil. O Norte terá cerca de 1/3 das verbas destinadas aos Programas Regionais num total de 2,7 mil milhões de euros, fruto de uma negociação difícil e exigente com os parceiros comunitários, mas que o Governo do PS levou a bom porto. A competitividade e a modernização serão ganhas através de políticas públicas adequadas à região, como as que estão a ser propostas pelo Governo e pela CCDRN. A janela é grande. Sejam também grandes as respostas que viermos a dar.

2. No contexto do Norte, o distrito de Braga apresenta desafios mais vastos e responsabilidades acrescidas, pelo que representa na riqueza produzida, na população abrangida e na sua juventude. Mas é este mesmo território que tem em si potencialidades que importa lembrar. Há muitas e boas razões para acreditar que é possível vencer esses desafios com as competências presentes e com as que vieram a ser implementadas no futuro.

São disso exemplo a ciência e o conhecimento produzido no distrito, o papel da Universidade do Minho, o reconhecido empreendedorismo dos empresários da região, a existência de muitos casos de sucesso empresarial, mesmo em áreas consideradas tradicionais como o têxtil (por exemplo para a indústria automóvel ou os têxteis técnicos), o Avepark – parque de ciência e tecnologia em Guimarães, com a instalação a breve prazo do Laboratório de excelência internacional 3 B's e o ninho de empresas de base tecnológica, mas também a quantidade de empresas de "software" na região, a aposta nas tecnologias de informação, o desenvolvimento da biotecnologia, e, *last but not the least*, o futuro Laboratório Internacional de Nanotecnologias a instalar em Braga, e que terá o lançamento da primeira pedra já em Janeiro de 2008.

A região tem de fazer um caminho seguro para consolidar "clusters" de actividades inovadoras baseadas no conhecimento, aproveitando já a capacidade instalada, dinamizar o muito que já está a ser feito para, unindo vontades, conquistar um espaço que é de direito no contexto europeu. O desenvolvimento passará por uma aposta no empreendedorismo de base tecnológica, no turismo de excelência, na cultura (Guimarães será Capital Europeia da Cultura 2012) e em indústrias criativas, na economia do ambiente e na qualificação do sistema urbano.

Há esta capacidade no Norte e no distrito de Braga e que é preciso valorizar. Há conhecimento e saber que é necessário conhecer e reconhecer.

Colóquio Parlamentar
"Novas Leis, Melhor Integração"
dá voz aos imigrantes

O COLÓQUIO Parlamentar do Partido Socialista "Novas Leis, Melhor Integração", que se realizou em Évora, deu voz aos imigrantes. Esta iniciativa foi por estes considerada como um momento sem precedentes na sua relação com o poder político, porque permitiu um diálogo próximo e aberto entre Deputados, representantes das instituições da Administração Pública descentralizada, com intervenção directa na área da imigração, e eles próprios.

Neste colóquio, os imigrantes tiveram oportunidade de apresentar os seus próprios testemunhos e de debater de forma franca todas as questões que ainda não estão suficientemente esclarecidas com a

aplicação das novas Leis e que lhes apresentam dificuldades nos seus processos de legalização e integração. Esta oportunidade de diálogo de proximidade e de igual para igual é benéfica para imigrante e políticos, porquanto possibilita que ambos tenham conhecimento mútuo das preocupações e dificuldades com que se confrontam.

Os imigrantes deram boa nota ao Partido Socialista no compromisso com a política de imigração, reconhecendo a tradição do PS nesta área. As Leis da Nacionalidade e da Imigração e o Plano Nacional para a Integração de Imigrantes foram reconhecidos por eles como expressão clara desse compromisso que aos seus

olhos saiu reforçado com a presença do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, neste colóquio parlamentar.

Neste colóquio, organizado pelos deputados do círculo eleitoral de Évora, ficou clara a importância de se promoverem espaços de diálogo directo e próximo, "a construção de um novo Nós" nas palavras do imigrante caboverdiano Paulo Mendes. No final do encontro, que contou desde o primeiro momento com a adesão numerosa de imigrantes de várias nacionalidades, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi desafiado pelos presentes a promover acções similares em todos os distritos do país.

PS considera "inaceitável"
que os consumidores paguem
os custos da telecontagem

A PROPOSTA da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) de fazer recair no consumidor os custos com a substituição dos actuais contadores por novos contadores de electricidade por telecontagem, foi considerada "inaceitável" pelo deputado e líder do PS/Porto, Renato Sampaio, que disse estarmos perante "uma tentativa de aumento encapotado da electricidade".

Renato Sampaio sublinha que em Março passado a Assembleia da República aprovou, na generalidade, um projecto de lei da sua autoria que prevê exactamente o contrário do que aponta a proposta da ERSE. "Os custos inerentes aos aparelhos de medição devem ser suportados pela entidade fornecedora do serviço e não pelo consumidor", salienta



do deputado socialista.

Segundo o líder do PS/Porto, caso a proposta da ERSE fosse aplicada, "acabaria por configurar uma verdadeira taxa fixa e permanente".

Por essa razão, adiantou, "do ponto de vista do PS, a substituição dos actuais contadores para contadores de electricidade por telecontagem deve ser suportada pela EDP. Para mais, esta alteração resulta da vontade da própria EDP e não dos consumidores, já que tem como objectivo facilitar as leituras de consumo".

Renato Sampaio refere ainda que a substituição por novos contadores dispensará funcionários de fazerem as leituras presenciais, havendo, por isso, "uma redução dos custos de exploração, sendo claramente beneficiada a EDP".

Novo espírito de cooperação entre a Europa e África



pela fantástica hospitalidade e pela “forma como foram organizados os trabalhos da Cimeira de Lisboa”.

Também Alpha Oumar Konaré, presidente da Comissão da União Africana, depois de também agradecer à presidência portuguesa o trabalho desenvolvido, referiu que chegou a altura propícia “para que africanos e europeus enterrem o passado colonial”, para mais à frente na sua intervenção sublinhar que africanos e europeus “devem partilhar os valores da paz, da boa governação, da segu-

“A Cimeira UE/África ficará para a história porque aprovou uma estratégia e um pano de acção entre os dois continentes, mas também porque criou um novo espírito de cooperação e de lealdade entre os Estados”

JOSÉ SÓCRATES

CIMEIRA UE-ÁFRICA

A Cimeira entre a União Europeia e a África abriu uma nova estratégia e um novo plano de acção entre os dois continentes, mas também criou um novo espírito de cooperação, de lealdade entre as partes e de igualdade de Estados

RUI SOLANO DE ALMEIDA

FOI um sucesso a todos os títulos a II Cimeira Europa/África que durante dois dias juntou na capital portuguesa os chefes de Estado e de Governo dos dois continentes.

Para José Sócrates, que se mostrou muito satisfeito no final dos trabalhos, Lisboa passa a ser, a partir desta conferência, sinónimo de abertura e de boas relações entre a África e a Europa, um verdadeiro “virar de página”, como classificou o encontro, pela “parceria estratégica estabelecida entre os dois continentes”, mas também por um novo modelo de relacionamento em “relação ao passado colonial”.

Esta cimeira, disse Sócrates, “deu voz a todos: aos direitos humanos, aos imigrantes, que precisam de uma política mais coordena-

nada entre a Europa e a África, às necessidades de desenvolvimento e às preocupações comuns com o ambiente”.

Por todas estas razões, acrescentou ainda o presidente em exercício da União Europeia, a Cimeira UE/África “ficará para a história”, porque foi capaz de aprovar, defendeu, “uma estratégia e um plano de acção entre os dois continentes, mas também porque criou um novo espírito de cooperação, de lealdade entre as partes e de igualdade de Estados”.

Cimeira, que reuniu em Lisboa dezenas de chefes de Estado e de Governo de 27 países europeus e 53 nações africanas, e que pôs fim a um interregno de sete anos no diálogo entre África e a Europa.

Para o primeiro-ministro português, um dos efeitos práticos deste encontro resultou no facto de se ter conseguido ultrapassar a

relação doador/beneficiário, prática que tinha vindo a ser seguida até aqui nas relações entre os dois continentes, para se ter chegado a um patamar de “igualdade”, de diálogo “olhos nos olhos”, algo que Sócrates não se eximiu a classificar como de um assinalável êxito, sentimento aliás corroborado pela delegação africana.

Na opinião de José Sócrates, a Cimeira UE/África abriu uma nova perspectiva no relacionamento entre os países europeus e africanos, “um diálogo entre iguais”, lembrando que a partir deste encontro “não temos mais tempo a perder”, porque este é, asseverou, o “momento para construir novas soluções” capazes de responder “às exigências e aos problemas comuns” que se colocam aos dois continentes.

Todos os males porque tem passado África, desde as causas da fome, doença ou as inúmeras guerras que têm perpassado os vários países, foram assuntos largamente debatidos e analisados durante esta cimeira, a par das questões relacionadas com os direitos humanos, a boa governação ou os outros dramas humanitários

com que o continente se tem vindo a debater.

Para José Sócrates, por estas e muitas outras razões, “não há mais tempo a perder” razão porque é chegada a altura, disse, “de sabermos construir as soluções certas” que sirvam os povos dos dois continentes “encontrar novas estratégias” e abrir as portas do diálogo político com “frontalidade, sem tabus e sem temas proibidos”.

O presidente em exercício da União Europeia considerou esta cimeira, pelos resultados práticos obtidos “verdadeiramente extraordinária” tendo mesmo em sua opinião “superado as expectativas” e ultrapassado “um impasse de muitos anos”.

África agradece

John Koufor, presidente em exercício da União Africana (UA), homólogo de José Sócrates nesta organização e chefe de Estado do Gana, não deixou no final dos trabalhos de endereçar o seu agradecimento e gratidão pessoal e em nome da organização que representa a Portugal e “sobretudo ao primeiro-ministro Sócrates”,

rança e do respeito pelos direitos humanos”, lado a lado, disse, com “um espírito de humildade, solidariedade e confiança” para se chegar “a acordos justos”.

Se estes pressupostos não forem seguidos, advertiu, não só poderá estar posto em causa o primado do desenvolvimento de África, como não criam as condições para uma maior e mais sustentada cooperação entre os dois continentes.

Palavras que o primeiro-ministro português aplaudiu, não deixando contudo de acrescentar que o tema dos direitos humanos constitui também “um tema central”, aliás posto na agenda “por vontade expressa dos líderes políticos europeus e africanos”, como recordou José Sócrates.

“Tenho a certeza que as coisas após esta cimeira vão melhorar”, disse o primeiro-ministro português, adiantando que sem o encontro de Lisboa “não se teria falado em direitos humanos quer no Zimbabué, quer sobretudo no Darfur”, porque este tema, recordou, não foi colocado na agenda por imposição da Europa, “mas antes por consenso estabelecido entre africanos e europeus”.

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

OPINIÃO

FERNANDO
PEIXINHO

Não basta falar em solidariedade nacional, em coesão territorial ou em desenvolvimento integrado se essas palavras não tiverem substância e sentido real, porque só com a concretização de políticas efectivas é que esse discurso ganha credibilidade e agrega conteúdo político sério

A AUTO-ESTRADA DA JUSTIÇA E O QUEBRAR A BARREIRA DOS SONHOS

A QUESTÃO das rodovias é um elemento determinante para a funcionalidade, coesão territorial e igualdade de oportunidades de uma região ou país. Durante muitos anos o discurso político alimentou uma ténue esperança sobre a construção de uma auto-estrada que ligasse Bragança à rede de auto-estradas do resto do país e da Europa. Só que o ciclo das restrições à despesa pública foi tornando cada vez mais improvável a concretização desse dever e desse compromisso adiado tornando ainda mais periférico o território do Nordeste Transmontano.

Com efeito, uma das singulares virtudes da política é ser capaz de tornar realidade as ambições daqueles que acreditam num futuro melhor, compassando as oportunidades em função das possibilidades de cada momento e, sobretudo, dando voz aos sinais de alerta e de esperança a todos aqueles que não desistem de lutar e continuam a resistir a comportamentos espúrios que, infelizmente, desacreditam e obscurecem os mais genuínos propósitos da actividade pública. E foram encaixões como a de Santana Lopes, que numa espécie de orgia ministerial veio a Bragança prometer o céu e a terra quando já se encontrava na fase do delírio agonizante e a que felizmente sucumbiu, que contribuíram para que os transmontanos só voltassem a acreditar na realização das obras rodoviárias quando vissem “preto no branco”. Talvez por isso, a vinda de José Sócrates a Bragança, em Maio de 2006, na qualidade de primeiro-ministro e a anunciar a construção da auto-estrada de Trás os Montes e os itinerários IP2 e IC5 não tenha sido tomada pela população com a seriedade que lhe estava subjacente. Acresce que a oposição, enleada na sua corrosiva incapacidade de assumir uma postura positiva, agilizou o discurso do “bota-abaixo”, das promessas para não cumprir, trivializando um acto solene de assunção de um compromisso na forma processualmente normal.

Valeu por tudo isso a vinda de José Sócrates, do ministro das Obras Públicas e do presidente das Estradas de Portugal, SA a Bragança anunciar a abertura do concurso público para a realização, em tempo recorde, das obras de construção das rodovias supra identificadas. Esse acto, a que tive a honra e satisfação de assistir, representou o início da caminhada para que se quebre a barreira dos sonhos de todos quantos acreditaram que seria pela mão de um Governo socialista que essas obras se concretizariam. E não basta falar em solidariedade nacional, em coesão territorial ou em desenvolvimento integrado se essas palavras não tiverem substância e sentido real, porque só com a concretização de políticas efectivas é que esse discurso ganha credibilidade e agrega conteúdo político sério.

O paradigma da economia do tempo em que vivemos faz da variável tempo o factor determinante para a mensuração dos factores competitivos. Numa época em que as distâncias deixaram de ser medidas em quilómetros e passaram-no a ser em tempo de viagem, a construção das acessibilidades na forma mais rápida e segura é absolutamente decisiva para qualificar as oportunidades de uma dada região ou território. E sem embargo de todos termos consciência que todo este pacote de infra-estruturas públicas surge com assinalável atraso, também é verdade que a sua apazada concretização abre um novo ciclo de oportunidades e desencadeia novos desafios para quem cá vive.

É que as estradas tanto levam como trazem e é preciso que cada transmontano veja e sinta estas obras como uma oportunidade de se aproximar de novos e maiores mercados, potenciando os factores críticos que lhe podem fazer chegar os seus produtos a um maior número de consumidores e valorizando, para um número maior de visitantes aquilo que de melhor e mais genuíno e único podemos oferecer. De resto, as políticas de investimento público devem considerar estes investimentos como prioritários no domínio das infra estruturas públicas, porque são a base para a construção de novos quadros de referência no cálculo económico dos investimentos privados.

Chegar de Bragança ao Porto em menos de 100 minutos, de Bragança á Guarda no mesmo tempo e a Vila Real em menos de metade representa indiscutivelmente ultrapassar a barreira dos nossos sonhos.

Novas vias rodoviárias vão potenciar desenvolvimento do Nordeste Transmontano e Alentejo



O primeiro-ministro presidiu às cerimónias de lançamento dos concursos públicos para a construção de novas vias rodoviárias no Nordeste Transmontano e no Alentejo, que irão potenciar o desenvolvimento económico destas regiões e melhorar a qualidade de vida das respectivas populações.

DENTRO de quatro anos a população do Nordeste Transmontano não terá mais de se deslocar por Espanha para andar em boas estradas, afirmou José Sócrates, em Bragança, onde anunciou a construção da “auto-estrada da justiça”.

José Sócrates falava no lançamento dos concursos públicos para a concepção, construção e exploração da auto-estrada transmontana (A4), que ligará Vila Real e Bragança, e das novas acessibilidades do Douro Interior, nomeadamente o IP2, entre Bragança e Guarda (Celorico da Beira e Macedo de Cavaleiros) e o IC5 entre Murça/Alijó e Miranda do Douro.

O primeiro-ministro sublinhou que é altura de fazer justiça ao único distrito do país sem um quilómetro de auto-estrada, com a conclusão, até 2011, de 400 quilómetros de novas vias, num total de investimento de 1200 milhões de euros.

“O que nós queremos que nunca mais se diga é que, em Bragança, para andar por boas estradas tem de se ir por Espanha”, sublinhou o primeiro-ministro, acrescentando que estas novas vias marcam um “ponto de viragem” e “o princípio do fim do isolamento” de Trás-os-Montes e do distrito da Guarda.

“O que está em causa é cumprir com justiça um dever de solidariedade de todo o país para com esta região”, salientou Sócrates, que baptizou a auto-estrada transmontana (A4) como a “auto-estrada da justiça” e “a prioridade das prioridades” do Executivo no âmbito das vias rodoviárias.

Por isso, considerou que o Governo “não está a fazer mais do que cumprir o seu dever”, já que se trata de “um acto de justiça” para com a

região e a sua população.

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, frisou que “estas infra-estruturas eram há muito reclamadas pelos autarcas desta região, mas é este Governo a concretizá-las”.

Mário Lino salientou ainda que com estas vias fica executado “77 por cento do Plano Rodoviário Nacional (PRN) desta região”. E lembrou, a propósito, que quando o actual Governo iniciou funções, o PRN tinha uma execução de “35 por cento”.

IP8 é de “importância vital” para a economia nacional

Em Beja, onde presidiu à cerimónia de lançamento do concurso público para a concessão Baixo Alentejo, que inclui a construção e exploração do IP8 entre Sines e Beja, numa extensão de 95 quilómetros com perfil de auto-estrada, José Sócrates disse que esta infra-estrutura é de “importância vital” para a economia nacional e para transformar o Alentejo numa região “atractiva”.

Na sua intervenção, José Sócrates frisou que o porto de Sines e o aeroporto de Beja vão ficar “mais fortes” com o IP-8 e “em melhores condições de prestar o serviço que devem prestar à economia nacional”.

“Estão previstos investimentos privados muito importantes para o porto de Sines, que é uma infra-estrutura nacional da maior importância e que precisa de melhorar e alargar a sua área de influência. E isto não é possível sem o IP8”, defendeu.

Por outro lado, adiantou, “não faria sentido o Estado construir um novo aeroporto em Beja e não o dotar de uma acessibilidade indispen-

sável para que possa ser competitivo e prestar um serviço à economia nacional”.

Neste sentido, José Sócrates salientou que o IP-8, uma “reivindicação antiga”, é “absolutamente decisivo para transformar o Alentejo numa região atractiva de investimento, mais confiante em si própria, mais robusta no seu crescimento económico e em melhores condições de poder contribuir para a economia nacional”.

Presente na cerimónia, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, questionado pelos jornalistas, confirmou que “o IP-8 vai ter portagens, com excepção do nó do Roncão, entre Sines e Santiago do Cacém, porque não há alternativa”, acrescentando que “o IP8 é uma nova estrada que se vai fazer entre Sines e Beja e não há razão nenhuma para não ter portagens”.

Mário Lino salientou ainda a “importância” do IP-8 para “melhorar a qualidade de vida das populações”, frisando que a nova auto-estrada vai permitir reduzir em 28 minutos a distância entre Sines e Beja e em 13 por cento os níveis de sinistralidade.

A concessão Baixo Alentejo, num total de 334 quilómetros, inclui a construção de 124 novos quilómetros em perfil de auto-estrada e a exploração e conservação de 220 já em serviço, num investimento total de 270 milhões de euros.

Quantos aos novos traçados, além dos 95 quilómetros do IP8 entre Sines e Beja, a concessão prevê a construção da ER 261-5 (13 quilómetros entre Sines e Vila Nova de Santo André) e um troço de 16 quilómetros entre Évora (IP-7) e São Mansos (IP-2).

Além destas novas construções, a concessão Baixo Alentejo inclui também a exploração e conservação de mais 220 quilómetros já em serviço, divididos pelos troços São Mansos/Castro Verde (IP-2), IC1-Marateca/IP-8 e IC33-Santiago do Cacém/Grândola.

Três perguntas a Mota Andrade, deputado e presidente da Federação de Bragança

PORQUE é que a construção do IP2 e do IC5 é um acto de justiça para o Nordeste Transmontano, conforme sublinhou o primeiro-ministro?

O carácter periférico do Nordeste Transmontano, em relação aos principais centros de decisão do país, tem concorrido para tornar a região mais debilitada e com menos capacidade competitiva para poder afirmar o seu potencial endógeno no quadro de uma economia mais alargada e com outras oportunidades de mercado. O facto de hoje as distâncias serem medidas mais em tempo do que em quilómetros, associadas a uma reivindicação de conforto e de segurança, constitui um motivo de escolha dos destinos, o que faz com que estas rodovias sejam absolutamente vitais para integrar o território do nordeste transmontano na rede das melhores acessibilidades dentro do país e na ligação à Europa. A construção do IC5 vai permitir que as populações dos concelhos de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Alfandega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro encurtem as suas distâncias em mais de 50 por cento do tempo hoje gasto e com condições de conforto e segurança absolutamente incomparáveis. Na mesma senda o IP2 vai estabelecer uma nova plataforma rodoviária de acesso que rasga todo o distrito de Bragança no sentido norte-sul, aproximando os concelhos do sul do distrito (Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta), da rede nacional de auto-estradas e facilitando a mobilidade de todos os que hoje desistem de visitar a região pela insuficiência dos seus meios de acesso.

Esta decisão do Governo vem repor a justiça merecida porque, na realidade, a situação actual desta região é a de uma clara desvantagem competitiva, essencialmente fruto do seu isolamento, no qual as rodovias em apreço são o factor indispensável para desencravar toda esta zona do território nacional. De sublinhar que hoje para ir de Bragança a Freixo de Espada à Cinta são precisas duas horas e meia e para ir de Bragança a Miranda do Douro a maior parte do trajecto é feita por território espanhol. Tais factos são, por isso, iniludíveis quanto à justeza, à pertinência e alcance político da decisão tomada.

De que forma estas duas infra-estruturas poderão contribuir para o desenvolvimento da região?

As regiões são mais ou menos competitivas consoante possam gerar maiores fluxos de bens, pessoas e capitais. Uma região que não disponha de acessibilidades com qualidade muito dificilmente terá condições para estimular a visita dos turistas e também terá muitas dificuldades em colocar os seus



produtos nos mercados mais distantes. No tempo que vivemos os factores de competitividade estão estreitamente relacionados com a proximidade e a facilidade de acesso aos mercados. Daí que, sendo esta região possuidora de recursos e produtos de grande qualidade, passará naturalmente a dispor de condições para os valorizar e, com isso, fazer aportar riqueza e emprego à região.

Hoje ninguém duvida da qualidade do ambiente, da raridade da paisagem, da variedade da gastronomia enquanto factores potenciadores de fluxos turísticos que, como se sabe, têm um efeito indutor no desenvolvimento de outras actividades. É precisamente esse o aspecto fundamental do efeito económico dessas infra-estruturas a par do impacto que representam ao nível da coesão territorial. Poder-se-á dizer que a construção do IP2 e do IC5 representam para esta região o início de um ciclo de oportunidade de que não se conhecem precedentes.

Que implicações terão na qualidade de vida das populações?

A decisão de viver num determinado local resulta da ponderação de um conjunto de variáveis nas quais a centralidade e as acessibilidades assumem um papel determinante. Quem é que pode

avaliar melhor, do que aqueles que vivem nos concelhos mais periféricos do sul do distrito, os efeitos e o cansaço que, por exemplo, actualmente tem uma deslocação à sede de distrito? Alguém saberá melhor qual o desgaste e o risco de uma viagem de Freixo de Espada à Cinta a Bragança do que aqueles lá vivem ou lá têm de ir? E mesmo os de Mogadouro, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor ou Torre de Moncorvo? É evidente que a construção destas rodovias representa a ultrapassagem de uma espécie de “Cabo das Tormentas” e o abrir de uma nova perspectiva de desenvolvimento e de bem-estar que há muito era requerido e merecido.

O facto de as pessoas passarem a estar mais perto vai acrescentar valor aos seus haveres, vai-lhes permitir visitar com mais regularidade os familiares e os amigos e vai também levar-lhes ao seu meio mais gente e novas ideias. Dir-se-á que este é sem dúvida o instrumento que modifica radicalmente o quadro de vida das populações residentes, quer seja ao nível económico, social e, até mesmo, cultural. A facilidade de acesso dá também condições de obtenção de novos bens culturais e repõe a dignidade aqueles cujo esforço para o bem comum nunca foi regateado. J.C.C.B.

Actual modelo de regionalização reúne amplo consenso



“ESTAMOS no momento em que há potencialmente a maior convergência de sempre em matéria de regionalização”, defendeu, em Faro, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, durante a sessão integrada na Universidade Meridional promovida pela Federação do PS/Algarve.

Eduardo Cabrita, que abordou a temática ‘Organização das Autarquias Regionais e Municipais’, classificou o actual modelo governativo como um “caos administrativo.”

Para o secretário de Estado, o modelo de reorganização da administração desconcentrada assente numa estrutura de cinco regiões adoptado pelo Governo reúne “o maior consenso nacional dos últimos 20 anos”, o que permitirá alargá-lo a áreas mais problemáticas como a das Finanças, que em algumas regiões deverá abandonar o modelo de base distrital.

Eduardo Cabrita considerou no entanto que a questão da regionalização “não pode ser discutida com seriedade, se não houver coerência na organização desconcentrada do próprio Estado”, nomeadamente ao nível de políticas públicas à escala regional.

“Não podemos querer que os cidadãos estejam disponíveis para aceitar que há um nível supramunicipal que deve ser coerente, se os próprios ministérios e os serviços públicos se organizarem cada um deles de forma caótica, em função daquilo que historicamente foi sendo sedimentado nos vários modelos”, alertou o governante.

Apesar de reconhecer que o processo para o desenvolvimento do modelo organizativo assente em cinco regiões decorre sob a égide de uma “convergência serena”, Eduardo Cabrita realçou aquilo que considera a “grande dificuldade” da sua instituição, a qual, referiu, não suscita qualquer paixão.

“É um pouco absurdo estarmos manifestamente a sujeitar um quadro referendário num modelo deste tipo, sendo que hoje, tal qual no texto vigente, não há alternativa à instituição das regiões que não sob o quadro referendário”, frisou.

Eduardo Cabrita considerou que todos os serviços existentes em território

nacional devem ter como regra uma gestão municipalizada. “Significa o aumento das competências administrativas e das competências correntes, bem como uma redução do peso do investimento, que é muito significativo no modelo administrativo como o nosso”, explicou o governante, para quem o actual modelo organizativo “assenta num quadro de desconfiança recíproca”, tornando “complexo o processo de descentralização”.

Segundo Eduardo Cabrita, “a legitimidade política deve funcionar a todos os níveis e com exigência de qualidade. Isto é, se os autarcas não são adequados a uma nova geração de políticas, exige-se uma nova geração de autarcas”. E defendeu que o novo quadro de competências implica um exercício de funções diferenciado.

“Quem tem intervenção política numa sociedade moderna não se pode reduzir a eleições legislativas de quatro em quatro anos”, disse o secretário de Estado, salientado que o cruzamento das leis da paridade e da limitação de mandatos determinará, a partir de 2013, uma “monumental renovação da classe política autárquica”.

Eduardo Cabrita defendeu ainda a reorganização do mapa de freguesias, “a única forma de relação das populações com os poderes de Estado, que podem constituir verdadeiras mini-lojas do cidadão, sobretudo em pólos isolados”, tendo preconizado uma diferenciação de competências na sua aplicação, tendo em conta que o actual modelo jurídico “é uma ficção”.

Entretanto, a Universidade Meridional termina na próxima sexta-feira, dia 14 de Dezembro, com uma sessão sobre “Finanças públicas nacionais, regionais e municipais”, que terá como orador convidado João Amaral Tomás.

A Universidade Meridional, que teve início a 19 de Outubro, contou com a presença ao longo de várias sessões de Jaime Gama, António José Seguro, Ricardo Rodrigues, Augusto Santos Silva, Pedro Mexia, Eduardo Cabrita e José Lamego, que debateram temas ligados à “Política e Administração Pública”.

Principais empreendimentos rodoviários aprovados pelo Governo

O CONSELHO de Ministros aprovou a abertura de um concurso público internacional para a concepção, construção e exploração de cinco novas concessões rodoviárias.

A iniciativa vem a propósito do desejo do Governo de criar as condições apropriadas para dotar o país de uma rede viária competitiva ao serviço do desenvolvimento regional e da economia do país.

Até ao final do corrente ano, a nova empresa Estradas de Portugal, SA lançará os concursos públicos das concessões do Baixo Alentejo e Baixo Tejo, estando já programada para o primeiro trimestre de 2008, a abertura das concessões das auto-estradas do Centro e Litoral Oeste. Para o final deste ano lançar-se-á a concessão Alto Alentejo.

Segundo o Governo, com as obras já em curso ou em processo de adjudicação, nomeadamente a do Douro Litoral e do túnel do Marão, assim como as concessões em curso de lançamento da auto-estrada transmontana e Douro Interior

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS A ADJUDICAR

Concessão Douro Litoral
Concessão Túnel do Marão

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS A ADJUDICAR

Concessão Douro Litoral

Lanços para Concepção/ Construção/ Exploração
Situação Actual: Concessão em fase de adjudicação provisória, aguarda o relatório final.
A construir: IC 24 (A11) - Pico da (IC 21) / No da (IC 25) / IC 29 (A 43) - Gondomar / No da IC 24 / IC 2 (A 35) - Camaflores / S. João da Madeira
Extensão a construir: 85 km

Lanços para Exploração sem cobrança de portagem
Em serviço: EN 14 - Amaral (IC 21) / Lago do Baloi (PP 4) / IC 1 (A 1) - Coimbra (IC 21) / Ponte da Arrábida (Norte) / IC 2 (A 12) - No de Santa Ovídia (IC 21) / Coimbra (S. 1) / P1 (A 20) - Carvalhos (IC 21) / No da IC 3 (IC 21) (A 20) - No de Francos (IC 1) / No da VI (PP 4) / IC 1 (A 20) - Ponte da Arrábida (Norte) / Sembrós (PP 4) / IC 24 (A 43) - Espinho (IC 1) / Pico da (IC 21) / IC 29 (A 43) - Ponte do Freixo Norte (PP 1) / Gondomar / IC 2 (A 44) - Coimbra (IC 21) / Ponte do Freixo Sul (PP 1)
Extensão em serviço: 40 km

Modelo contratual: PPP-DBFM
Calendarização: Concessão a adjudicar em Janeiro de 2008

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão Auto-estrada Transmontana

Lanços para Concepção/ Construção/ Exploração
Situação Actual: Estudo concluído e aprovado pelo Ministério.
A construir: IP 4 - Vila Real/Bragança (Quintanilha)
Extensão a construir: 130 km

Lanços para Exploração
Em serviço: IC 10 - Amaral/Alentejo Real, Variante de Bragança e Ponte de Quintanilha
Extensão em serviço: 47 km

Modelo contratual: PPP-DBFM
Calendarização: Concessão lançada em 24 Novembro de 2007

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão Douro Interior

Lanços para Concepção/ Construção/ Exploração
Situação Actual: Estudo concluído e aprovado pelo Ministério.
Modelo contratual: PPP-DBFM
A construir: IC 2 - Valdevez/IC 2/Interior da Berra (PP 5) / IC 5 - Figueira/PP 2/Monte do Outeiro
Extensão a construir: 253 km

Lanços para Exploração
Em serviço: IC 2 - Maciço de Casimiro/Valdevez/IC 5
Extensão em serviço: 11 km

Modelo contratual: PPP-DBFM
Calendarização: Concessão lançada em 24 Novembro de 2007

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão AE Centro

Lanços para Concepção/ Construção/ Exploração
Situação Actual: Em procedimento de AA.
A construir: IP 3 - Coimbra/Vila; IC 2 - Mesquita/ D. Assémio; IC 12 - Mealhada (PP 1) / Mangualde
Extensão a construir: 151 km

Lanços para Exploração
Em serviço: IP 3 - Sourenho/Vila (PP 5) / IP 5 - Variante Norte a Vila; IC 5 - Raiva/Catruja/União de Telares, Variante a Tábua; IC 12 - S.ª. Comba/Caros de Seixalvos; EN 234-B - Tábua/IC 12
Extensão em serviço: 153 km

Modelo Contratual: PPP-DBFM
Calendarização: Concessão a lançar em Março de 2008

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão Litoral Oeste

Lanços para Concepção/ Construção/ Exploração
Situação Actual: Em procedimento de AA.
A construir: IC 20 - Circular de Leiria; IC 2 - Variante da Batalha; IC 9 - Nazaré/Tomar; EN 6 - Variante de adjudicação EN 240 - Variante a Nazaré
Extensão a construir: 60 km

Lanços para Exploração
Em serviço: CD 4 e VP 6
Extensão em serviço: 11 km

Modelo contratual: PPP-DBFM
Calendarização: Concessão a lançar em Março de 2008

MOPTC

concurso de exploração em criar de rodovial e da

como as concessões agora aprovadas em Conselho de Ministros, vão permitir, na perspectiva do Governo, um incremento da execução do Plano Rodoviário em 16 por cento e uma substituição de 5 por cento dos actuais traçados com maiores índices de sinistralidade.

Todas estas concessões concretizam, a par da criação da nova empresa Estradas de Portugal, sociedade anónima de capitais públicos, um dos grandes objectivos do novo modelo de gestão e financiamento do sector rodoviário nacional.

Novas vias para o sector rodoviário

Para administrador da empresa Estradas de Portugal, que terá como função a gestão de toda a rede rodoviária nacional, o Governo escolheu Almerindo Marques que desempenhava até agora as funções de presidente do conselho de administração da RTP.

Segundo a resolução, o modelo de concessão, que se prolongará por um período de 75 anos, em coerência com o já definido para outras infra-estruturas de grande dimensão, como é o caso das barragens, manterá integralmente na esfera pública a rede rodoviária nacional.

Por outro lado, ficou igualmente determinado que a instalação de portagens fica circunscrita apenas às auto-estradas e às grandes obras de arte, como túneis e pontes, desmentindo deste modo o Governo que a medida possa ser estendida também a outras estradas, como os Itinerários Principais (IP) ou aos Itinerários Complementares (IC).

Desta concessão, diz ainda o Executivo, não resulta qualquer agravamento da carga fiscal, sendo o esforço de financiamento do sistema da concessão continuado a ser suportado integralmente no perímetro da consolidação orçamental.

Neste sentido, o Estado manterá e continuará a assumir as suas responsabilidades no que respeita às prioridades de investimento em relação à concretização do Plano Rodoviário

Nacional, quer ao nível da redução da sinistralidade rodoviária, quer ao nível da sustentabilidade ambiental.

Confirmando a importância estratégica que o Executivo liderado por José Sócrates sempre dedicou a este sector, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, lembrou a este propósito que as concessões agora aprovadas juntamente com o novo modelo de gestão da rede rodoviária nacional são medidas que vêm ajudar a otimizar a administração e o financiamento do sector rodoviário nacional, dado-lhe um maior equilíbrio quer na perspectiva de uma mais acentuada redução da sinistralidade, quer melhorando a gestão dos aspectos ambientais.

Para Mário Lino, "num só passo", o Governo foi capaz de garantir, com a aprovação deste modelo de gestão do sector rodoviário nacional, por um lado, uma maior transparência em todo processo, e, por outro lado, um efectivo controlo dos custos e das tarifas a aplicar ao sector. **R.S.A.**

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS A LANÇAR

Concessão Túnel do Marão



Lanços para Concepção / Construção / Exploração
Situação Actual: Concessão em fase de audiência pública dos concorrentes (1ª fase)
A construir: IP 4 - Amarante / Vila Real
Extensão a construir: 30 km
Modelo contratual: PPP-DBFOH
Calendarização: Concessão a adjudicar em Março de 2008

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS



Concessão AE Transmontana
Concessão Douro Interior
Concessão Baixo Alentejo
Concessão Baixo Tejo
Concessão AE Centro
Concessão Litoral Oeste
Concessão Alto Alentejo

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão Baixo Alentejo



Lanços para Concepção / Construção / Exploração
Situação Actual: Projectos concluídos e aprovados ambientalmente
A construir: ER 253-S - Sines / St. André (IP) - Sines / Beja (IP) - Évora (IP) / S. Marcos
Extensão a construir: 124 km
Lanços para Exploração
Em serviço: IP 2 - S. Marcos / C. Verde (IP) / IC 1 - Marateia (IP) / IC 3 - S. Carlos / Évora (IP)
Extensão em serviço: 220 km
Modelo contratual: PPP-DBFOH
Calendarização: Concessão a lançar em Dezembro de 2007

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão Baixo Tejo



Lanços para Concepção / Construção / Exploração
Situação Actual: Estudo concluído e aprovado ambientalmente
A construir: IC 31 - Funchalinho (IC) / IC 177 - Funchal / IC 219 / IC 218
Extensão a construir: 32 km
Lanços para Exploração
Em serviço: IC 3 - Montijo (IP) / Alentejo: IC 29 - Via Rápida da Lapa / IC 21 - Via Rápida do Barragem / IC 32 - Corral / Montijo (IP)
Extensão em serviço: 38 km
Modelo contratual: PPP-DBFOH
Calendarização: Concessão a lançar em Dezembro de 2007

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS

Concessão Alto Alentejo



Lanços para Concepção / Construção / Exploração
Situação Actual: Estudo Prévio e Estudo de Impacte Ambiental concluído
A construir: IP 4 - Évora (IC) / Évora (IP) / Évora (IP)
Extensão a construir: 110 km
Lanços para Exploração
Em serviço: IC 1 - Alentejo do Oeste / Parthenay
Extensão em serviço: 25 km
Modelo contratual: PPP-DBFOH
Calendarização: Concessão a lançar no 1º semestre de 2008

MOPTC

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS A LANÇAR

CALENDARIZAÇÃO

| | Concurso | Adjudicação | Conclusão da Obra |
|---------------------------|----------------------|------------------|-------------------|
| Concessão Douro Litoral | ✓ | Janaria de 2008 | Dezembro de 2010 |
| Concessão Túnel do Marão | ✓ | Março de 2008 | Agosto de 2011 |
| Concessão AE Transmontana | ✓ | Setembro de 2008 | Maio de 2011 |
| Concessão Douro Interior | ✓ | Outubro de 2008 | Setembro de 2011 |
| Concessão Baixo Alentejo | Dezembro de 2007 | Outubro de 2008 | Setembro de 2011 |
| Concessão Baixo Tejo | Dezembro de 2007 | Outubro de 2008 | Setembro de 2011 |
| Concessão AE Centro | Março de 2008* | Dezembro de 2008 | Dezembro de 2011 |
| Concessão Litoral Oeste | Março de 2008* | Dezembro de 2008 | Dezembro de 2011 |
| Concessão Alto Alentejo | 1º Semestre de 2008* | 2008 | 2011 |

* Previsão calendarizada de lançamento

MOPTC

PS considera declarações de vice-presidente da Câmara de Gaia indignas e injuriosas

Os socialistas das concelhias da Lousada, Felgueiras, Penafiel, Paredes e Paços de Ferreira estão indignados e revoltados com as declarações do presidente da Distrital do Porto do PSD.

PARA o PS, as declarações proferidas em conferência de Imprensa pelo também vice-presidente da Câmara Municipal de Gaia, Marco António, co-responsável pela edilidade mais endividada do país, são “indignas, indecorosas e repugnantes”.

Perante declarações que consideram desfasadas e injuriosas, os presidentes das comissões políticas concelhias do Partido Socialista daqueles municípios manifestam a sua total solidariedade a todo o Executivo municipal do concelho da Lousada.

A conferência organizada por Marco António, diz o PS, “onde não faltam declarações de natureza política muito duvidosa”, nomeadamente quando compara a gestão do município da Lousada a que outrora terá sido vivida no Marco de Canaveses, são afirmações extemporâneas, falsas e longe de qualquer realidade.

Os presidentes das concelhias do PS sublinham que esta comparação “é incompreensível” e só demonstra a ligeireza com que os responsáveis



distritais do PSD hoje argumentam e fazem política, não compreendendo, “ou fazendo de conta que não entendem”, que semelhante comparação não passa de um argumento “desvairado” e sem qualquer fundamento, e que ainda por cima, acrescentam, “não foi capaz, uma

única vez, de “usar ou referir qualquer exemplo que fundamentasse tal paralelismo”.

Hoje, é certo, sublinharam, que no território municipal de Lousada se vive em regime democrático no respeito pelas diferenças no qual os eleitores se revêem, manifestando

em actos eleitorais recentes o “seu total apoio às políticas municipais” dirigidas pelo socialista Jorge de Magalhães, “sendo esse apoio traduzido em resultados eleitorais que não param de crescer em percentagem de votantes nas listas do PS”.

A autarquia da Lousada, “por

signal de governação socialista”, bem como a de Amarante, “são as únicas”, no Vale do Sousa e Baixo Tâmega, “que cumprem com as suas obrigações para com os fornecedores, pagando em média antes que as facturas ultrapassem os 45 dias”, cenário que, recordam, “ou é raro ou mesmo inexistente nas restantes autarquias geridas pelo PSD/CDS”.

Mas estas afirmações de Marco António Sá, acrescentam os presidentes das concelhias do Partido Socialista, sendo proferidas pelo também vice-presidente da Câmara de Gaia, “ganham ainda outra dimensão e actualidade” quando “sabemos que é a sua autarquia a campeã nacional na contracção de empréstimos e no nível de endividamento” tendo ultrapassado o município de Lisboa, “também este gerido, naquele período, pela coligação PSD e CDS”.

Depois de recordarem as trapalhadas e falsas promessas que Marco António andou a espalhar atabalhoadamente pelas instituições de Solidariedade Social do Vale do Sousa, prometendo tudo a todos e que nunca cumpriu, quando integrava o lamentável Governo de Santana Lopes, os presidentes das concelhias do PS exigem “como prova da sua honorabilidade”, que se retrate e venha publicamente “pedir desculpas aos visados” porque só assim, dizem, “poderá redimir-se de uma forma positiva e elevada”. **R.S.A.**

Socialistas de VN de Famalicão denunciam défice democrático na Câmara

JANTAR-CONVÍVIO

Críticas à falta de obras e de democracia do Executivo municipal marcaram a intervenção do presidente da Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PS, Nuno Sá, num jantar-convívio que reuniu mais de uma centena de militantes e simpatizantes socialistas, na sua maioria jovens quadros do partido.

ESTA foi a primeira das iniciativas calendarizadas pelo PS/Famalicão sob o lema “PS um Partido de Futuro” e que visa demonstrar que o nosso partido está cada vez mais forte e enraizado no concelho, bem como a galvanizar e mobilizar cada vez mais cidadãos, nomeadamente quadros.

Na sua intervenção, o camarada Nuno Sá começou por se congratular com a dinâmica que neste momento o PS tem no concelho, agradeceu a presença de todos nesta iniciativa da Concelhia e aproveitou o ensejo para lançar duras críticas à actuação do Executivo municipal



famalicense no que concerne à ausência de obras comparativamente ao legado deixado pelo PS, como, por exemplo, a Casa das Artes, o novo tribunal, variantes rodoviárias ou equipamentos de educação

e cultura), bem como a falta de democracia demonstrada.

O líder da Concelhia socialista denunciou o comportamento do vice-presidente da Câmara que recentemente ameaçou um

município com o já célebre “ir ao focinho” e que agora se vê envolvido num alegado caso de chamadas anónimas realizadas a partir de um telemóvel que lhe está destinado e, a partir dele, alegadamente, intimidar municípios que tinham um processo litigioso com a família do nº 2 da autarquia.

Nuno Sá condenou o silêncio do PSD local e do Executivo Municipal sobre esta matéria, “assobiando apenas para o lado, fazendo de conta que nada se passou”.

O jantar-convívio foi ainda marcado por um gesto de grande valor simbólico, quando o líder da Concelhia, Nuno Sá, recebeu do presidente do Clube de Política Salgado Zenha, Carlos de Sousa, uma fotografia emoldurada de um grupo de jovens com Mário Soares, aquando de uma visita do fundador do nosso partido ao concelho, simbolizando que, como no passado, também o futuro do PS de VN de Famalicão passa pela juventude.

De realçar ainda a presença nesta iniciativa do presidente da Federação, Joaquim Barreto, do sub-secretário da Administração Interna, Fernando Rocha Andrade, e de militantes históricos como Fernando Moniz e de Agostinho Fernandes.

Costa quer sanear financeiramente a Câmara de Lisboa

Acabar com o enorme défice financeiro que as anteriores vereações do PSD lhe deixaram é o objectivo imediato do Executivo camarário alfacinha. Dias antes, António Costa foi à Comissão Política Concelhia de Lisboa explicar as soluções para voltar a colocar as contas do município no bom caminho.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

A ASSEMBLEIA Municipal de Lisboa (AML) aprovou um pedido de empréstimo de 400 milhões de euros a pedir à banca para o pagamento de dívidas de curto prazo e despesas judiciais decorrentes de compromissos contraídos pela edilidade.

O Executivo tinha estimado um valor de 500 milhões de euros para suprir as dificuldades de tesouraria mas devido à recusa do PSD em dar assentimento a este montante, consegui, apesar de tudo, chegar a um compromisso que permite resolver o problema sem qualquer margem para folga.

O compromisso alcançado entre a Assembleia, de maioria PSD e a Câmara Municipal, de maioria PS, determinou que o valor a pedir à banca ficasse nos 400 milhões de euros, verba que António Costa diz “ser melhor do que nada”, mas insuficiente ainda para enfrentar os “riscos totais das causas existentes em tribunal contra o município lisboeta”.

A verba de 500 milhões de euros era para António Costa a mais adequada, justificando as contas com 360 milhões para pagamento de dívidas e mais 140 milhões de euros para processos perdidos em tribunal e outras despesas futuras incertas.

Sabendo-se que grande parte da dívida municipal acumulada é manifesta e provadamente da responsabilidade dos anos caóticos em que o PSD esteve à frente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), a pretensão socialista baseava-se no facto simples de tentar pôr as contas em dia abrindo deste modo uma perspectiva sustentada de gestão do município para os próximos anos.

Para os socialistas, a verba agora aprovada, é considerada pelo próprio presidente “uma solução de risco”, mas mesmo assim preferível, como afirmou, a deixar abrir “uma nova crise política na autarquia”, algo que na sua perspectiva Lisboa e os eleitores “jamais compreenderiam”.

António Costa não poupou contudo críticas contundentes aos responsáveis do PSD e em particular ao seu líder, Filipe Menezes, acusando-os de pertencerem a um partido “aventureirista e irresponsável”, e de se preocuparem mais em fazer oposição pela oposição à Câmara Municipal e menos em ajudar a remediar os disparates de que são os principais responsáveis e

a edilidade a primeira vítima.

Costa teve ainda ocasião de referir que a única preocupação demonstrada por Filipe Menezes é mostrar serviço, tendo na sua opinião e neste particular em relação ao município de Lisboa “mostrado um mau serviço”.

É bom que nos lembremos, disse ainda o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que Luís Filipe Menezes é o presidente da edilidade de Gaia, um dos municípios mais endividado do país e alguém, por mais retórica que tenha, que não conseguiu ainda “sanear as finanças do seu próprio concelho”.

Há muito que os portugueses têm consciência da incompetência e irresponsabilidade do PSD sempre que tem sido chamado pelo eleitorado para a gestão, quer do Governo do país, quer para a maioria das câmaras municipais onde a sua influência se faz sentir.

Em Lisboa, nos consulados de Santana Lopes ou de Carmona Rodrigues, como em Vila Nova de Gaia, com Luís Filipe Menezes, a incompetência e o desbaratar dos dinheiros públicos atingiram padrões de desmazelo e de irresponsabilidade, porventura nunca vistos em outro lado.

O PS e António Costa querem seguir em Lisboa por outro caminho, razão porque, ao apostarem no saneamento das finanças municipais e expurgar o município de um sucessivo acumular de dívidas, a esmagadora maioria das quais da responsabilidade do PSD, defenderam o recurso à banca através de um empréstimo de 500 milhões de euros.

Controlar as despesas

Dias antes da aprovação deste empréstimo decidido na Assembleia Municipal de Lisboa, António Costa foi à Comissão Política Concelhia de Lisboa explicar as causas que levam ao brutal endividamento da edilidade, apontando as despesas com o pessoal e com o funcionamento dos serviços, “que representam mais de 75 por cento dos custos fixos actuais da Câmara Municipal de Lisboa”, como uma das principais origens do enorme défice do município.

A reunião, que decorreu na sede nacional, no Largo do Rato, e que tinha como principal objectivo apresentar a proposta de Orçamento e Plano de Actividades para 2008, foi ainda pretexto para fazer, além da análise à realidade



actual das finanças do município, a divulgação das acções imediatas que a equipa liderada por António Costa se propõe empreender nos próximos dois anos.

Apenas dois meses depois de ter assumido a presidência, António Costa sublinhou que o principal problema com que a CML se debate tem a ver com o que classificou de “pesada herança das contas municipais” deixada pela anterior vereação.

Segundo o autarca, “há que envolver e co-responsabilizar a Assembleia Municipal pelas decisões financeiras que têm que ser tomadas a partir de agora”, e isto, como referiu, “porque aquele órgão dispõe de uma maioria afectada ao anterior Executivo”, razão porque na sua opinião “não se pode eximir das responsabilidades pelo estado a que chegaram as contas da autarquia”.

Reconhecendo que o principal enfoque dos lisboetas se centra agora sobretudo na exigência de uma “grande contenção na gestão da economia municipal”, Costa garantiu que tudo está a ser feito para que daqui a dois anos “não estejamos como agora”.

Neste sentido, disse, têm sido adoptadas diversas medidas que visam, nesta primeira fase delicada, com a qual classificou, ultrapassar os problemas e constrangimentos com que a edilidade se confronta, nomeadamente “ao nível das suas finanças”, que se encontram, garan-

tiu, “à beira da ruptura”.

Para se ter uma ideia dos constrangimentos actuais, o edil lembrou que cerca de 55 por cento da actual despesa da CML está afectada ao pagamento do pessoal, enquanto que para os juros resultantes dos diversos empréstimos contraídos pelas anteriores equipas autárquicas lideradas pelo PSD, ao longo dos últimos seis anos, vão cerca de 25 por cento do seu orçamento. Ou seja, lembrou, restam apenas 20 por cento das disponibilidades financeiras, cerca de 13,4 milhões de euros, para despesas de investimento.

Inverter a realidade

Pouco, muito pouco, disse, para um município que se debate com inúmeros problemas de desenvolvimento, modernização e sustentabilidade das suas estruturas.

É sobre esta rigidez da despesa, disse ainda António Costa, “que temos que actuar”, para que Lisboa deixe de ser um concelho nas “margens da ingovernabilidade”.

Uma cidade que perdeu em poucos anos mais de 200 mil habitantes, que deixou de receber receitas como devia e continua a gastar como se fosse rica, “não podia ter outro desenlace que não fosse aquele em que hoje se encontra”.

Para que Lisboa possa recuperar a sua credibilidade, política e financeira, o autarca defende que se deve avançar no sentido de um maior reforço na arrecadação de receitas.

Uma das medidas já tomadas diz respeito ao concurso público de ideias para o Parque Mayer que a Câmara Municipal de Lisboa acaba de lançar em parceria com a Universidade de Lisboa, para os 14,5 hectares que constituirão o futuro Plano de Pormenor para aquele espaço, que englobará ainda o vizinho Jardim Botânico.

Com esta iniciativa, pretende-se encontrar, “não uma solução megalómana”, como o anterior projecto do arquitecto Frank Gehry, na gestão de Santana Lopes, mas a resolução de um problema apostando em determinadas valências ali existentes e que possam ser valorizadas, como é o caso dos aspectos de carácter ecológico, cultural e financeiros.

Também o parque escolar público irá merecer uma atenção redobrada, do mesmo modo que a segurança dos peões será objecto de novas iniciativas, tendo em vista fazer “baixar os níveis de sinistralidade com peões”.

O IMI (Imposto Municipal sobre os Imóveis) terá que sofrer também algumas alterações, apesar do chumbo recente da Assembleia Municipal às medidas adiantadas pelo PS, do mesmo modo que os aspectos ligados ao trânsito automóvel na cidade ou à melhoria das zonas verdes serão igualmente objecto de medidas concretas, já entretanto agendadas, e que a CML quer concretizar nos próximos dois anos.

OPINIÃO

CUSTÓDIA
FERNANDES
Deputada do PS

Uma justa reparação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais constitui uma dimensão cada vez mais importante da cidadania dos trabalhadores e para a sua segurança no trabalho

SOLIDARIEDADE LABORAL: PREVENIR E REPARAR

NO MOMENTO em que decorre a discussão para a segurança, higiene e saúde no trabalho nunca é de mais relembrar a importância que assume para os trabalhadores a aposta nas políticas de prevenção e reparação da sinistralidade laboral.

Uma justa reparação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais constitui uma dimensão cada vez mais importante da cidadania dos trabalhadores e para a sua segurança no trabalho.

Por isso, se aguarda com grande expectativa a aprovação da proposta de lei que se encontra em discussão na Assembleia da República e que tem como objectivo central regulamentar o Código do Trabalho na parte atinente à reparação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.

Esta proposta de lei incorpora um vasto conjunto de soluções que, sem prejuízo de algumas benfeitorias a incluir, se revelam justas e equilibradas, podendo contribuir para um aprofundamento dos direitos dos trabalhadores portugueses.

Entre os aspectos mais significativos desta iniciativa destaco os seguintes:

- O direito do trabalhador vítima de infortúnio laboral à reabilitação e reintegração profissionais e à adaptação do respectivo posto de trabalho, cabendo ao empregador assegurar a sua ocupação e criar as condições adequadas à sua integração no mercado de trabalho.

- O direito do trabalhador sinistrado a um subsídio para a frequência de acções de formação para a sua reabilitação profissional.

- A melhoria dos apoios, nomeadamente em matéria de encargos com assistência de terceira pessoa ao trabalhador sinistrado que se encontra em situação de dependência, bem como no plano das ajudas técnicas, como seja a substituição e reparação de próteses.

- O abandono da regra que só permite a revisão da pensão por acidente de trabalho no prazo de dez anos posteriores à sua fixação.

- A regulação do trabalho a tempo parcial e de licença para formação ou novo emprego do trabalhador sinistrado ou vítima de doença profissional.

- A aposta na intervenção activa dos serviços públicos de emprego no processo de reabilitação e reintegração profissional dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais.

- Possibilidade de celebração de acordos de cooperação entre as entidades públicas e privadas visando a reabilitação e reintegração profissional daqueles trabalhadores.

Como se pode verificar, esta é uma iniciativa positiva, quer quanto aos objectivos, quer quanto às soluções e que encerra transformações com um enorme alcance social.

Muitas destas soluções vinham, de há muitos anos a esta parte, a ser reivindicadas pelas associações sindicais e pelas associações de defesa dos sinistrados do trabalho.

Assim, o Governo do nosso partido entendeu dar o seu apoio à proposta de lei que regulamenta o Código do Trabalho nesta matéria.

Por isso, a lei que vier a ser publicada também é fruto do nosso trabalho mas é, sobretudo, uma manifestação de respeito para com os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.



800 pessoas em almoço de homenagem a Rui Solheiro



AUTARCA socialista de referência, Rui Solheiro, presidente da Câmara de Melgaço e da ANA/PS, foi alvo de um mega-almoço de homenagem que juntou cerca de 800 pessoas, entre dirigentes do partido, autarcas de vários quadrantes políticos e população do concelho, no pavilhão gimnodesportivo da escola C+S de Melgaço.

O secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, na sua intervenção, referiu-se a Rui Solheiro como "um dos fundadores do poder local e exemplo de dedicação à causa pública e ao bem comum", o que lhe granjeou "ao longo dos mandatos o apoio inequívoco da população".

Já o dirigente do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, lembrou que "o último argumento utilizado por José Sócrates para me convencer a ser cabeça-de-lista por



este distrito, em 2005, foi que podia estar descansado quanto ao facto de poder aqui ser considerado um pára-quedista, porque tinha à frente da Federação um tipo porreiro", referindo-se ao autarca de Melgaço, ao lado de quem se sentaram personalidades como a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, o deputado António José Seguro, o dirigente do PS Jorge Coelho, o governador civil de Viana do Castelo, Pita Guerreiro, a presidente da Concelhia e da comissão

organizadora da homenagem, Luísa Gomes, o ex-governador civil Oliveira e Silva, o presidente da Assembleia Municipal, Artur Rodrigues, e o presidente da Junta de Castro Laboreiro, Adelino Esteves.

O almoço foi marcado, além de rasgados elogios

ao homem e político e "autarca de excelência", por vários incentivos à recandidatura de Solheiro à Câmara de Melgaço.

"Esta homenagem não é um adeus, mas um apelo para que a sua experiência seja aproveitada em prol do distrito. Faz falta uma voz dessas no Governo central", afirmou o presidente da Câmara de Monção, José Emílio Moreira, em nome dos colegas das autarquias do PS do Vale do Minho. J.C.C.B.

PS/Porto critica demagogia e populismo de Rui Rio

OS SOCIALISTAS do Porto consideram as declarações do presidente da Câmara Municipal "irresponsáveis e populistas".

Para Renato Sampaio, as palavras de Rui Rio assumem um carácter de irresponsabilidade ao ter criticado a actuação das polícias no combate ao crime organizado na cidade.

"Consideramos irresponsável e de uma absoluta inconsciência" a posição assumida pelo presidente da Câmara do Porto ao ter culpabilizado as forças de segurança, pelo que classifica de "incapacidade em travar o crime organizado na cidade", quando a verdade, diz Renato Sampaio, a polícia "tem-se empenhado e procurado dar o seu melhor em prol da segurança dos cidadãos do Porto".

Na opinião do líder do PS do Porto, a segurança dos cidadãos constitui uma obrigação do Estado, razão "por que deve estar acima de todo e qualquer jogo político".

Mas a demagogia e o populismo "que alguma oposição procura fazer com as questões da segurança interna" em nada contribui, diz Renato Sampaio, "para uma boa imagem do país e para a tranquilidade dos portugueses".

Todos os crimes nos devem preocupar e obrigar a

que as polícias se empenhem na procura dos culpados, mas este facto aceite por todos, acrescenta ainda o líder do PS/Porto, "não nos deve transportar para a acusação fácil, demagógica e falsa".

Ora, um dirigente político com o destaque e a importância que o presidente da segunda maior câmara municipal do país tem, não pode vir para a opinião pública acusar de forma irresponsável e sem adiantar provas concretas as forças de segurança por não terem conseguido evitar os crimes que ultimamente se têm verificado na cidade, quando todas as evidências e dados apontam, diz Renato Sampaio, "para um grande empenho e profissionalismo da polícia em todos estes casos".

Os socialistas e a esmagadora maioria dos cidadãos desta cidade e de todo o país, diz ainda o líder do PS/Porto, "têm plena confiança nas forças de segurança, quer na PSP, quer na GNR", "o que se traduz no facto de Portugal ocupar no "ranking" mundial a 10ª posição dos países mais seguros", sendo o Porto, um dos distritos do Norte do país "onde se concentram os parâmetros mais aceitáveis de segurança como os últimos dados o atestam".

Para Renato Sampaio, o Porto não é nem poderá ser o "Farwest como alguns tentam fazer crer". R.S.A.

Socialistas debatem papel da mulher nas religiões



“A mulher é sistemática e permanentemente posta numa posição de inferioridade no mundo da religião”, disse Mário Soares, num colóquio sobre “Mulheres na Religião”, organizado pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialista (DNMS), que teve lugar numa unidade hoteleira de Lisboa.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

SOARES, que é presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, lamentou “a pouca estima que as religiões têm pela mulher”, lembrando, a este propósito, uma das mais famosas passagens da Bíblia onde se afirma: “Não cobiçarás a mulher do próximo”. Depois de uma breve pausa, acrescentou ainda: “Nem o escravo, o boi, o burro, nem nada que lhe pertença”.

Para o antigo Presidente da República, este mandamento sagrado, entre outros que se poderiam igualmente citar, como acrescentou, “demonstra a posição de inferioridade que a mulher goza no mundo da religião”, onde é equiparada e igualada, sublinhou, “ao boi e ao burro”.

Mostrando o seu total desacordo em relação a estes conceitos, Soares reafirmou um conceito que há muito defende, segundo o qual “as revelações divinas são fruto da imaginação de quem as escreveu”, para depois acrescentar que acredita que “não foi Deus que criou o Homem, mas sim o Homem que criou Deus”.

“Não tenho qualquer dúvida”, disse, que a relação entre a religião e a mulher constitui, de facto, uma “bota muito difícil de descalçar”, um problema, defendeu, sobre o qual nada “tenho que decidir”, mas que tem que ser debatido e resolvido pelos teólogos.

Também a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, lembrou que ao discriminar as mulheres, “séculos a fio”, um grande número de religiões “pregou em vão, agiu de má-fé, desrespeitou o sagrado e o divino”.

Segundo a camarada Maria Manuela Augusto, as religiões têm que se defrontar e saber analisar de forma séria “estes como tantos outros dogmas e mitos”, porque, na sua opinião, não é possível dar continuidade a estes princípios que “dão um estatuto de menoridade e dependência à mulher”.

Algumas proibições levadas ao extremo, disse ainda, “subalternizam, humilham e retiram a dignidade à mulher”, lembrando que, apesar de constituírem a maioria dos fiéis, esse facto não lhes tem permitido, “como seria lógico”, ter acesso aos “lugares de topo, de honra e glória”, que ficam sempre “reservados para os homens”, sendo-lhes vedada a celebração do culto religioso e até “proibido partilhar com os homens o mesmo espaço de culto”.

Mário Soares lamentou o papel subalterno que a mulher desempenha na religião católica, lembrando uma outra passagem do Antigo Testamento, onde é aconselhado “que se evite a mulher”, enquanto que no Novo Testamento a mulher “surge como um objecto vergonhoso”.

Este encontro organizado pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialista, contou ainda com a participação de outras personalidades, como Fátima Pimenta, deputada e membro do secretariado do DNMS, Helena Vilaça, professora da Universidade do Porto, frei Bento Domingues, teólogo dominicano, Moisés Espírito Santo, professor da Universidade Nova de Lisboa e um dos maiores especialistas nacionais em questões das religiões, os jornalistas Manuel Vilas Boas, da TSF, Aura Miguel, da Rádio Renascença, e Luísa Meireles, do “Expresso” e ainda os representantes de diversas religiões como Julieta Dias, do Movimento Católico Internacional, Mery Ruah, do secretariado-geral da Associação de Estudos Judaicos e membro da Comunidade Israelita de Lisboa, Faranaz, muçulmana Ismaeli, Idalina Sitanela, pastora da Igreja Presbiteriana, e Paulo Borges, da União Budista portuguesa.

Participaram ainda Miriam Lopes, pastora da Igreja Metodista e representante da Comunidade Islâmica em Lisboa, Teresa Pereira, da Comunidade Bahá’í de Portugal, e Saroj, representante do Hinduísmo.

Para a presidente da DNMS, Maria Manuela Augusto, não é possível dar continuidade a tantos dogmas e mitos que colocam a mulher nas religiões num lugar secundário, crenças e lendas, disse, “as quais foram transmitidas durante séculos, à medida que iam forçando as mentalidades ou alimentando-se delas”.

É por isso que num mundo em que o caminho para a igualdade entre os homens e as mulheres já foi traçado, “por muito que ainda falte para o percorrer”, também a discussão sobre o papel e o lugar da mulher nas religiões “não poderá ser travado”.

OPINIÃO



CATARINA MARCELINO
Presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal

O mais importante investimento que está a ser realizado é a operacionalização daquilo a que se chamou Estratégia para Uma Inclusão Activa, ou seja, uma estratégia que investe fortemente na integração profissional dos beneficiários, mas também num trabalho continuado e aprofundado de intervenção social junto destes cidadãos e das suas famílias

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO EFICÁCIA NO COMBATE À POBREZA

O CRESCIMENTO económico é um pilar fundamental no combate à pobreza e à exclusão social, gerador de emprego e de riqueza, mas não é suficiente para que se obtenha um desenvolvimento tomente inclusivo, ou seja, existem cidadãos que, por vários motivos que os incapacitam ou limitam para o trabalho, correm o risco de serem deixados para trás neste processo de transformação económica em que vivemos. Esta situação aplica-se também àqueles que não atingem, mesmo através do trabalho, níveis de bem-estar aceitáveis, e àqueles que por não se encontrarem numa situação activa necessitam de apoio.

O RMG – Rendimento Mínimo Garantido, agora RSI – Rendimento Social de Inserção, criado em 1996 e generalizado em 1997, surge, no quadro das políticas de mínimos sociais, com o objectivo claro de intervir no combate à pobreza e à exclusão social, através de uma prestação pecuniária que permite a satisfação das necessidades mais prementes, mas também e sobretudo, através de um processo de inclusão social e profissional dos beneficiários. Esta medida tem tido uma avaliação positiva no impacto alcançado junto da população mais desfavorecida, bem como um papel muito importante no combate à pobreza extrema em Portugal, abrangendo 304 mil beneficiários em todo o país o que equivale a 113 mil famílias atingidas pela medida.

O RSI é uma medida paradigmática na protecção social dos cidadãos mais desfavorecidos, introduzindo em Portugal o conceito de inclusão activa, assumindo-se hoje como um direito dos cidadãos. Os estudos existentes indicam que através do RSI, cerca de 3 por cento da população vê reduzida de forma duradoura a intensidade da situação de pobreza em cerca de 18 por cento e através de alguns dados mais recentes acredita-se que este valor pode chegar aos 20 por cento.

O actual Governo reabilitou esta tão importante medida, consolidada no sistema de protecção social português, tendo realizado um conjunto de alterações de carácter administrativo fundamentais para a celeridade dos processos, mas também investiu fortemente na fiscalização a beneficiários do RSI, no âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais.

Mas o mais importante investimento que está a ser realizado é a operacionalização daquilo a que se chamou Estratégia para Uma Inclusão Activa, ou seja, uma estratégia que investe fortemente na integração profissional dos beneficiários, mas também num trabalho continuado e aprofundado de intervenção social junto destes cidadãos e das suas famílias. Entre 2004 e 2005 o universo de indivíduos envolvidos em políticas activas de emprego caiu de 13 mil para cerca de 5 mil pessoas. Hoje o objectivo é garantir até 2008, que 90 por cento das famílias beneficiárias de RSI tenham um programa de inserção definido, e que até 2009 seja garantido o envolvimento de 80 mil beneficiários em respostas de inserção profissional adequadas ao seu perfil.

Neste esforço nacional de combate à pobreza e à exclusão social na sua vertente mais severa, a estratégia adoptada assenta num papel interventivo do Estado em parceria estreita com a sociedade civil, através de protocolos assinados com Instituições de Solidariedade Social, cujo número actual é de cerca de 200, permitindo o acompanhamento do processo de inserção de aproximadamente 33 mil famílias, tendo havido uma duplicação do número de famílias acompanhadas ao abrigo destes protocolos, se compararmos os dados com Fevereiro deste ano, avaliando-se assim o forte e intensivo investimento do Governo na inserção dos beneficiários de RSI que em Fevereiro de 2005 era de 20,2 por cento e em Novembro de 2007 atingiu já os 60 por cento, prevendo-se em 2009, como já foi referido, os 90 por cento.

Na UE, em média, as transferências sociais reduzem a taxa de pobreza em cerca de 38 por cento, ultrapassando em alguns países os 60 por cento. São estes os motivos que levam à defesa de que o Estado e as políticas públicas têm uma responsabilidade acrescida na redução da pobreza, nomeadamente através de transferências sociais, pagas através do Orçamento de Estado, ou seja, através da solidariedade dos impostos de todos os portugueses, afirmando o princípio da cidadania, da responsabilidade social e do modelo social europeu.

OPINIÃO



MARIA DE LURDES
RUIVO
Deputada do PS

Foi feito um assinalável esforço de sensibilização da população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção de igualdade e da não discriminação, onde todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, possam ter acesso às mesmas oportunidades

OPORTUNIDADES IGUAIS PARA TODOS

“TODOS os Seres Humanos Nascem Livres e Iguais em Dignidade e em Direitos”, consagra a Declaração Universal dos Direitos do Homem

A desigualdade entre homens e mulheres tem sido uma constante ao longo da história da humanidade.

Contudo, tem havido, felizmente para todos nós, progressos significativos no combate a esta discriminação, mas apesar desses progressos continuamos a assistir em pleno século XXI a uma das mais intoleráveis violações dos Direitos Humanos – a persistência da discriminação com base no sexo.

Em Portugal, a igualdade entre homens e mulheres é um princípio constitucionalmente consagrado no artigo 13º Constituição da República Portuguesa e uma das tarefas fundamentais do Estado (artigo 9º da Constituição da República Portuguesa) plasmado em diversa legislação ordinária.

Nos últimos tempos, Portugal tem feito um esforço significativo na promoção de género no combate a todas as formas de discriminação entre homens e mulheres.

Todavia, ainda subsistem desequilíbrios entre homens e mulheres, nos vários domínios da vida, continuando a subalternização das mulheres, em diversas esferas da sociedade, a impedir que a desigualdade consagrada na lei tenha os necessários reflexos práticos.

Relativamente à igualdade de género, Portugal situa-se entre os países que apresentam taxas de emprego mais elevadas, segundo o Eurostat. Portugal apresentava em 2002 uma taxa de emprego feminino de 61,2 por cento, sendo essa posição relativa ainda mais significativa nas mulheres entre os 20 e os 44 anos, com filhos dos 0 aos 5 anos, cuja taxa de emprego atinge os 70 por cento.

Contudo, no mercado de trabalho, permanece ainda uma grande diferenciação em termos de actividade profissional. Destacando-se uma maior concentração do emprego feminino em ramos de actividade como Educação, Saúde e Acção Social.

Também no que respeita ao desemprego, as mulheres são as mais atingidas, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, de 2005, a taxa de desemprego feminino é de 7,2 por cento, face a uma taxa de desemprego masculino de 5,6 por cento.

Importa salientar também que o desemprego de longa duração afecta maioritariamente 58 por cento as mulheres.

A diferente repartição do tempo das mulheres e dos homens pelas várias tarefas que desempenham está na base das desigualdades que ainda persistem. Isto é, se a repartição das mulheres na actividade profissional é um dado adquirido e irreversível, essa integração crescente não provocou idêntica participação dos homens nas responsabilidades nos cuidados à casa e à família, nem fez desaparecer a desigualdade de género no mercado de trabalho.

De acordo com os dados estatísticos de 1999, as mulheres trabalham em média mais três horas por dia que os homens, em tarefas familiares, sendo que no conjunto de actividade profissional e da vida familiar as mulheres

trabalham mais duas horas por dia que os homens.

Ainda relativamente à discriminação de género, é de salientar a dificuldade das mulheres no acesso a cargos de liderança nas diversas áreas de tecido empresarial e da generalidade do mercado de emprego, o mesmo se verificando no que se refere ao exercício do poder político.

A recente legislação sobre a representação equilibrada de homens e mulheres na tomada de decisão política é uma medida muito positiva e que certamente permitirá contrariar esta realidade.

Mas as discriminações persistem e quando falamos de pobreza verificamos que são as famílias monoparentais, constituídas sobretudo por mulheres, as mais atingidas

O caminho a percorrer rumo a uma sociedade que respeite e trate em igualdade os seus cidadãos perspectiva-se árduo e longo, mas no qual todos temos de estar empenhados.

Só podemos construir uma sociedade mais justa e solidária quando a educação e os processos de socialização se libertem dos diversos estereótipos que têm perpetuado as desigualdades.

Atenta e preocupada com estas questões, e porque elas constituem uma preocupação dos povos desenvolvidos, a União Europeia declarou 2007 como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades. Permitindo assim colocar no topo da agenda política europeia valores civilizacionais que integram a identidade matricial da União Europeia.

Portugal aderiu ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, criando uma estrutura de missão designada “Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”, com a incumbência de preparar e garantir a execução de um programa de acção para o Ano Europeu da Igualdade.

Foi feito um assinalável esforço de sensibilização da população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção de igualdade e da não discriminação, onde todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, possam ter acesso às mesmas oportunidades.

Neste sentido, foi desenvolvido um conjunto de medidas, nomeadamente: Plano Nacional para a Inclusão; Plano Nacional para Igualdade; Plano Nacional para a integração das Pessoas com Deficiência; Plano Nacional Contra a Violência Doméstica; Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos; uma nova Lei da Imigração e políticas activas de Integração.

Este conjunto de medidas é revelador do esforço, do empenhamento e dos ideais do Governo do Partido Socialista na construção de uma sociedade mais solidária e mais justa.

Importa salientar que o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades não se esgota no importante conjunto de medidas que implementou. A luta pela igualdade de oportunidades é um trabalho sem fim e que requer de todos nós um forte e genuíno empenhamento.

Maior segurança rodoviária em Oeiras pela mão do PS



A CÂMARA de Oeiras, por proposta do Partido Socialista, vai criar uma linha verde para alertas sobre falhas na segurança rodoviária.

Trata-se de um novo meio que proporcionará aos munícipes a possibilidade de alertarem a autarquia sempre que detectarem problemas relacionados com a segurança rodoviária, uma medida que passará a estar integrada, como recorda Marcos Sá, presidente da bancada do PS na Assembleia Municipal de Oeiras, num novo programa de identificação do que classifica de “pontos negros” e prevenção da sinistralidade.

Esta iniciativa, ainda na perspectiva de Marcos Sá, servirá também para criar “uma maior proximidade entre cidadãos, serviços camarários e forças de segurança” no sentido, como adianta, de “reforçar o combate a um dos mais graves problemas com que o país se defronta”.

A nova linha telefónica vai permitir que qualquer munícipe fale da sua área de residência, informando as diversas anomalias que detecte, como passadeiras mal iluminadas, sinais de trânsito derrubados ou ainda identificar, “com maior eficiência, quais são os pontos negros para os peões e condutores”, salvaguardando assim “a sua própria segurança”.

Para o deputado socialista, esta iniciativa vai obrigar a autarquia a um in-

vestimento suplementar no Programa Municipal de Prevenção e Segurança Rodoviária, colmatando deste modo “as falhas ainda existentes” e tornar a problemática da sinistralidade nas estradas uma “prioridade para o município”.

Este plano, acrescenta ainda Marcos Sá, compreende também um reforço imediato da sinalização e iluminação das passadeiras, a par da realização de campanhas de sensibilização junto das escolas e das diversas instituições sociais do concelho, a divulgação semestral de relatórios redigidos em parcerias com as juntas de freguesia, alargamento dos passeios e do espaço de circulação pedestre como critério no planeamento urbanístico municipal, fazendo ainda parte integrante desta iniciativa a colaboração de um estudo sobre boas práticas nacionais e europeias de políticas locais de prevenção rodoviária. R.S.A.

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**

| | |
|------------|---|
| ENTIDADE | 20132 |
| REFERÊNCIA | 0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos) |
| MONTANTE | Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur |

Linha Azul

808 201 695

Contamos consigo!



Vereadores do PS de Cascais estão contra Orçamento municipal

O MAL já se arrasta desde os anos anteriores. A insistência da presidência da Câmara Municipal de Cascais (CMC), dirigida pelo PSD em coligação com o CDS/PP, em não entregar o relatório do Plano e do Orçamento à oposição, nomeadamente aos vereadores do Partido Socialista, “torna a apreciação destes dois importantes documentos num exercício impossível”.

Com efeito, também este ano, dizem os vereadores do PS, o cenário repete-se, não tendo o Plano e o Orçamento de 2007, “sido acompanhados de qualquer relatório”, facto que, na opinião dos vereadores do PS, “afasta a possibilidade de se poder aferir com um mínimo de rigor” o seu grau de execução, nomeadamente, acrescentam, “saber se as receitas anteriormente previstas foram ou não arrecadadas ou gastas” e quais os graus de desvio verificados relativamente às revisões iniciais.

Só perante todos os dados, acrescentam ainda os socialistas, seria possível “averiguar o rigor das previsões de receita e despesa para o ano de 2008”.

Sem a possibilidade de uma aná-



lise minuciosa e clara do referido relatório, dizem, o Orçamento e Planos são transformados em documentos “abstractos e desligados de qualquer realidade e por isso mesmo, de duvidosa credibilidade”.

Pela falta de clareza e incumprimento do que estabelece a lei, nomeadamente no que se refere ao Estatuto do Direito de Oposição, o Partido Socialista votou contra as propostas de Plano e Orçamento apresentadas pela presidência da edilidade, uma vez que, recordam, os planos de actividades e

o orçamento são documentos meramente contabilísticos, que se limitam a dar cumprimento à legislação vigente e sem qualquer explicação sobre o seu sentido, nomeadamente no que se refere às opções, orientações e prioridades fundamentais.

Pelo facto de não ter sido disponibilizado aos vereadores do PS o relatório de execução do Orçamento e dos Planos de Actividades para 2007, prejudica e dificulta que “possamos analisar de forma séria” o próximo Orçamento para 2008”.

É que analisar só o Orçamento ou o Plano de Actividades sem em paralelo poder também examinar os respectivos relatórios, como as previsões de receitas e das despesas constantes, torna-se um exercício abstracto e irrealista.

Segundo os vereadores socialistas, não é realista pedir-se que se dê uma opinião sustentada e séria sobre o Orçamento e os Planos de Actividade, se entretanto não se disponibilizarem também os elementos constantes nos respectivos relatórios, porque importa saber “se as previsões estão ou não inflacionadas ou se eventualmente são inexecutáveis”. **R.S.A.**

Socialistas chumbam plano de saneamento financeiro de Castelo de Paiva

“IRREAL e insustentável”, é deste modo que os socialistas classificam o plano de saneamento financeiro apresentado e aprovado pela maioria do PSD na Câmara Municipal de Castelo de Paiva, mas chumbado pelos vereadores municipais do Partido Socialista.

Para o PS, o documento apresentado, mais não é do que um empréstimo que vigorará até 2019, mas que enferma de um conjunto de debilidades e de falhas que “muito vão prejudicar o futuro do município”, já que se trata, como referem, de uma tentativa camuflada de contrair um empréstimo, que para além de outros factores negativos “não levar em conta quem vier a seguir”, nomeadamente nos próximos mandatos.

Nesta perspectiva, os vereadores do PS defendem que o plano apresentado pela maioria deveria ser de reequilíbrio financeiro onde estaria contemplado, nomeadamente, na área política, a aceitação do princípio de que não se justificam mais que dois vereadores a tempo inteiro assim como igual número de secretários.

Na área correspondente ao pessoal, o PS defende que deve ser considerado como número limite de trabalhadores os actuais 165, e quando algum sair, “por aposentação ou outra situação”, ser substituído “por um trabalhador das obras”.



Por outro lado, os socialistas de Castelo de Paiva defendem ainda a redução “ao mínimo” do número de avenças e a imposição de atribuir ao pessoal licenciado, sempre que possível, “funções de gestão”.

Um conjunto de outras propostas fazem ainda parte do leque de sugestões que os vereadores do PS de Castelo de Paiva adiantam, tais como a diminuição drástica do tempo de aprovação de projectos, a aceleração da revisão do PDM, a definição de objectivos “por acordo entre as forças políticas”, alteração da política de atribuição de subsídios e transferências, um

mais apertado critério no que respeita ao pagamento aos fornecedores e empreiteiros, contenção da despesa de funcionamento “a todos os níveis da estrutura, quer política, quer administrativa” e uma aprovação mais realista dos orçamentos.

Para os vereadores socialista há contudo uma ilação a tirar da gestão actual do PSD da Câmara Municipal de Castelo de Paiva: “o presidente da edilidade não gosta de medidas de contenção e de ser controlado e fiscalizado pela tutela”, como aliás impõe, recordam, o Plano de Reequilíbrio Financeiro Municipal. **R.S.A.**

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS

Portugal, entretanto, revelou-se como peça fundamental para a ligação com o Brasil e, agora, com África

A IMPORTÂNCIA DA CIMEIRA UE/ÁFRICA

O FECHO da presidência portuguesa da União Europeia com a assinatura do Tratado de Lisboa no Mosteiro dos Jerónimos representa verdadeiramente um símbolo. Através dos Jerónimos se pode viajar no tempo e ir até à epopeia dos Descobrimentos, ao impulso ímpar que os portugueses deram ao mundo, ao desbravar de novas terras, de novas gentes, de novas economias. E pode-se mesmo chegar, mediante este contínuo no tempo, ao que também isso significa em termos de globalização.

Este encerrar da presidência portuguesa é tanto mais simbólico e importante quanto se registou durante uma cerimónia carregada de significado pleno de história, de ancestralidade e de visão estratégica, sucedendo-se à Cimeira União Europeia/África, naquele que é outro dos momentos mais enriquecedores da presidência portuguesa da UE.

A Cimeira entre a União e os países africanos surge na sequência de idêntico evento que juntou a UE e o Brasil, também por impulso decisivo de Portugal. Até então, este tipo de cimeiras tinham acontecido apenas com os novos países emergentes na economia mundial, como a Rússia, a China ou a Índia. Portugal, entretanto, revelou-se como peça fundamental para a ligação com o Brasil e, agora, com África.

É inquestionável que o continente africano precisa de sair da difícil situação em que se encontra desde há anos e para tanto torna-se necessária uma cada vez mais progressiva e aprofundada política de intercâmbio com os chamados países mais desenvolvidos, nomeadamente através da implantação de quadros no terreno. A este propósito, recorde-se o que a China já começou a fazer há anos a esta parte, calculando-se mesmo que actualmente exista meio milhão de chineses em terras africanas.

Assim, África deve tender cada vez mais a ser um continente plurirracial, onde haja espaço para todos aqueles que queiram ajudar os africanos.

Da parte de Portugal, em termos muito específicos, e socorrendo-nos de uma teoria que já vimos advogando desde há muito, torna-se necessário intensificar a cooperação, que já teve dias melhores e que agora parece renovar-se, embora em outros termos, muito mais qualitativos ainda, nomeadamente através da instalação de empresas portuguesas no continente, particularmente em Angola. Trata-se, na maioria dos casos, de empresas ligadas directa e indirectamente ao sector da construção civil, que decidiram enveredar pelo campo da internacionalização, para isso se especializaram e agora assumem os frutos dessa preparação e especialização.

É um facto que todo o continente africano tem condições para albergar as empresas que, de uma maneira responsável, pretendam abalancar-se a desbravar o futuro dos seus habitantes e essas potencialidades têm de ser devidamente aproveitadas.

Passados os (muitos) anos de ditaduras, de domínio das grandes potências, de guerras civis – e mau grado os problemas, em alguns casos graves ou muito graves, que ainda se fazem sentir parcialmente –, há que ter consciência que tudo tem de ser ultrapassado, porque as realidades do mundo de hoje são outras – e neste aspecto a União Europeia pode ajudar de maneira muito significativa, senão mesmo decisiva. Ou seja, os países desenvolvidos e democráticos devem dar o exemplo neste aspecto. Naturalmente sem nunca esquecer os direitos humanos – que não estão a ser respeitados não apenas no Zimbábwe...



“Facilitar a vida das pessoas

ANTÓNIO BRAGA, SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES

Está “totalmente” operacional o projecto dos consulados virtuais, o qual é uma das peças fundamentais da reestruturação consular, garante António Braga, secretário de Estado das Comunidades, em entrevista ao “Acção Socialista”.

A grande vantagem deste novo modelo é o de facilitar a vida das pessoas, evitando que estas se desloquem aos consulados para tratarem de situações burocráticas de pequena importância.

Na forja, segundo António Braga, está o programa “Fórum Mundial dos Luso-Eleitos” e a “Netinvest” que vai ajudar os empresários portugueses sedeados no estrangeiro.

O Governo tem praticamente pronto o novo regulamento consular. Pode adiantar as principais novidades que lhe são introduzidas?

O novo regulamento consular insere-se na reforma em curso e constitui o último passo na sua implementação.

Há uma nova abordagem no relacionamento com os portugueses residentes no estrangeiro, maior flexibilidade para o atendimento nos serviços e novo enquadramento quanto ao recurso aos novos meios tecnológicos, dando guarida na lei à modernização dos procedimentos que o novo sistema de gestão consular e as novas modalidades de serviço via Internet consagram.

Por outro lado, acentua e introduz uma maior responsabilização dos titulares dos postos na relação com a comunidade portuguesa, para além de reforçar as componentes de representação externa nas mais diversas áreas, desde a cultural até à comercial, no escrupuloso respeito pelas convenções internacionais, obviamente.

Em concreto fica desde logo afirmado o princípio da unidade de acção entre todas as estruturas diplomáticas e consulares em cada país, de forma a garantir coerência e uma acção programática concertada quer na relação com os portugueses quer na representação dos interesses de Portugal.

A criação do Conselho Consultivo da Área Consular constitui pedra de toque para que a relação com a comunidade possa constituir-se como elemento polarizador da actividade consular no sentido de proximidade aos portugueses da diáspora.

Outra das novidades que gostaria de destacar consiste na alteração do modo de organização da estrutura dos serviços e respectivas chefias, nomeadamente na nova organização interna dos postos consulares que permite comunicabilidade entre as distintas funções, favorecendo a rapidez na execução dos actos consulares.

Definem-se ainda um conjunto de regras relativas aos períodos de funcionamento e atendimento dos postos e secções consulares, intro-

duzindo igualmente o conceito de gestão por objectivos e dos seus corolários na medida em que prevêem a necessidade de os postos e secções consulares elaborarem planos de acções e relatórios de actividades.

Por último, mas nem por isso menos importante, foi o estabelecimento de regras sobre as funções e competências dos cônsules honorários e os casos excepcionais em que pode ser concedida autorização para a prática de acto de registo civil e notariado (actualmente previstos em decreto-lei autónomo).

O texto que vem preparando mereceu já o acordo do sindicato dos funcionários consulares. E a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses já deu também a sua concordância ou persistem as negociações?

Como deve calcular, não faria sentido avançar nesta matéria sem dialogar com todas as partes envolvidas e considerar as suas eventuais propostas. O texto do projecto do novo regulamento consular recebeu o parecer do Conselho Diplomático, foi efectivamente negociado com o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas de Portugal no Estrangeiro, cujos contributos permitiram o seu acordo. O texto foi igualmente submetido à consideração da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses que pediu um prazo de tempo mais alargado para se pronunciar.

Qual o objectivo que presidiu à criação do Conselho Consultivo da Área Consular?

A criação do Conselho Consultivo da Área Consular surgiu da necessidade de haver mais e melhor articulação entre os portugueses residentes no estrangeiro e o seu consulado, por forma a que os seus quotidianos sejam melhores e mais acompanhados pelas nossas representações diplomáticas e consulares, por conseguinte, pelo Governo. Tudo aquilo que pudermos fazer para estreitar relações entre as comunidades e o seu consulado constitui para mim um aspecto muito positivo, e estamos confiantes nos



resultados práticos que a criação deste Conselho vai trazer.

Dentro do que já é conhecido, surgem como novidade as chamadas “unidades de acção”. Qual o papel que lhes está destinado?

Se me permite a correcção, não se trata de “unidades de acção”. O texto do novo regulamento consular estabelece, num dos seus artigos, um princípio de unidade de acção, que consagra o modo de coordenação e de relação de acordo com uma lógica de rede da actuação das diferentes estruturas consulares em cada País. Quer isto dizer, portanto, que as diferentes estruturas actuam dentro da sua esfera de competências e de autonomia, embora em coordenação com as demais.

Uma das reformas levadas a cabo pelo Governo respeita à diminuição do número de consulados. Quais os critérios que estiveram por detrás desta reorganização da rede consular?

Respondendo de forma muito

directa à sua pergunta, o principal critério foi o de melhorar os serviços prestados aos nossos compatriotas. Todos os estudos que dispomos mostram que a rede actual está, na sua generalidade, ultrapassada, pelo que havia necessidade de a reestruturar, até em função dos novos fluxos migratórios, como, aliás, os sucessivos governos vinham reconhecendo. Porém, ao contrário do que se diz – e a sua pergunta assentou nesse pressuposto – não vai haver diminuição do número de postos. Vai haver, sim, uma reestruturação, implicando a abertura de postos, como foi o caso de Manchester, Córsega e Xangai. Há consulados que passam à categoria de vice-consulados, ou a Escritório Consular ou a Consulado Honorário, mas a estrutura não desaparece, salvo nos casos - únicos - de Versailhes e Nogent-Sur-Marne que serão incorporadas no Megaconsulado-Geral de Paris. Mas, por outro lado, há postos que sobem de categoria e outras que se criam de raiz.

Simultaneamente, temos vindo a melhorar as condições em consula-

dos que há muitos anos se exigiam medidas, como foram os casos do Luxemburgo e de Hamburgo, onde foram já inauguradas novas instalações.

Refuto, por isso, em absoluto, essa ideia de diminuição do número de estruturas consulares. Os portugueses vão ter melhor protecção consular e os respectivos serviços mais qualificados.

Chegou a haver uma manifestação de protesto em Paris e outra em Lisboa pelo encerramento de postos consulares em França. Como lidou com a situação?

Em democracia só se pode lidar com compreensão perante esse tipo de situações, como é evidente, mas também com responsabilidade e sentido de dever. Não obstante, estou convencido de que as pessoas apenas dispunham de informações parciais e incorrectas que, naturalmente, lhes incutia insegurança e até sentimentos de injustiça. Ora, tendo consciência de que estava a realizar aquilo que me parece correcto, técnica e poli-

e aproximá-las de Portugal”

ticamente bem fundamentado à luz do programa do Governo, com vista a melhorar as condições de apoio aos utentes, assisti a essas manifestações com total serenidade.

Em simultâneo, anunciou a criação dos consulados virtuais. O sistema já está operacional?

Totalmente operacional, de acordo também com o projecto global da reestruturação consular, e a cumprir os prazos estabelecidos, o que constitui um motivo de enorme satisfação, quer pelo cumprimento das metas que estabelecemos, quer sobretudo pelo facto de estarmos a facilitar a vida dos nossos compatriotas espalhados pelo mundo.

Quais as vantagens deste novo modelo?

A grande vantagem é sobretudo evitar deslocações aos postos. O sistema permite que as pessoas, em sua casa, possam requisitar documentos, diminuindo substancialmente, como já referi, sucessivas deslocações aos consulados. Imagine, por exemplo, os casos de muitos países em que a distância entre uma localidade e o consulado com essa área de jurisdição se situa em centenas de quilómetros; já viu a forma directa e imediata como vamos ter uma influência positiva na vida dessas pessoas, por exemplo? Esta é, no fundo, a nossa missão, a de facilitar a vida das pessoas, de as aproximar a Portugal, independentemente dos quilómetros que as separam do seu país ou do seu consulado.

Quais os actos que se podem praticar nos consulados virtuais?

Progressivamente, todos, excepto aqueles que exigem presença física, como, por exemplo, Bilhetes de Identidade ou Passaportes; e mesmo assim, nestes casos que referi, os respectivos pedidos poderão ser feitos “on-line”.

Onde podem ser encontrados este postos virtuais?

Não existem “postos virtuais”. O que existe, isso sim, é um “site” na Internet onde o Consulado Virtual está instalado e disponível a todos os cidadãos. No entanto, para quem não tenham acesso em casa à Internet, o Governo vai colocar 500 quiosques, espalhados por instituições em todo o mundo, de forma a permitir aos utentes esse acesso. É um investimento de grande envergadura, contrariando, mais um argumento utilizado contra a reestruturação, que alegava ser este um projecto economicista... Fica feita a prova em como a reforma consular é antes de tudo a modernização e readaptação das estruturas à realidade e às necessidades das pessoas.

Relativamente ao Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas há um novo diploma já aprovado na Assembleia da

República, cuja proposta de lei teve a sua origem no seu gabinete. Quais são as inovações que esta Lei introduz no modo de funcionamento deste órgão de consulta do Governo?

Nesta nova Lei, que aguarda publicação depois de já ter sido promulgada, altera-se a composição do CCP que passa dos actuais 100 membros para 73, sendo 63 eleitos e dez designados. Determina-se, por outro lado, que na ausência de apresentação de listas de candidatura em qualquer círculo eleitoral o respectivo cargo seja exercido por um cidadão com capacidade eleitoral activa, nomeado pelo membro do Governo competente em matéria de emigração e comunidades portuguesas, ouvidas as estruturas associativas locais.

Estabelecemos também um conjunto de regras relativas ao processo eleitoral para o CCP e ao mandato dos conselheiros, consagramos um estatuto dos conselheiros, definindo um conjunto de direitos, deveres e incompatibilidades.

Consagramos ainda três formas de organização do CCP: Plenário, Comissões e Conselho Permanente e criamos um órgão representativo da juventude das Comunidades Portuguesas: o Conselho da Juventude das Comunidades Portuguesas.

Pretendemos ainda, por último, estimular a representação feminina no CCP através da determinação de que as listas propostas à eleição devam garantir, na indicação de candidatos efectivos e suplentes seja, pelo menos, um terço dos eleitos seja de sexo diferente; e também relativamente à composição do Conselho Permanente do CCP se prevê que dos cinco membros eleitos pelo plenário, pelo menos, um terço deve ser de sexo diferente.

Um dos pontos mais criticados foi o da redução do número de conselheiros. Em sua opinião, por que motivo foi necessário reduzir a composição do Conselho?

Considero fundamental consagrar um novo modelo organizacional para o Conselho das Comunidades Portuguesas que permita a ponderação e discussão global dos problemas e necessidades dos portugueses da diáspora e dos lusodescendentes e contribua para dignificar o papel de membro do Conselho. Estou absolutamente convencido que a redução do número de conselheiros permitirá melhorar o funcionamento do CCP, designadamente pela vinculação referencial dos membros do conselho em torno de temas gerais da comunidade portuguesa residente no estrangeiro, em lugar do território ou área consular que origina a eleição de cada um.

Outra matéria controversa respeita à existência de conselheiros eleitos e de conselheiros designados. A crítica que se ouviu era a de que a legitimidade de uns e outros

passaria a ser diferente. Quer comentar?

Tal como lhe disse anteriormente, o Conselho será composto pelos membros eleitos e mais 10 designados. De entre estes últimos, um será designado pelo Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses, um pelo Congresso das Comunidades Açorianas, quatro por e de entre os luso-eleitos nos países de acolhimento (dois representando a Europa e dois representando os países fora da Europa) e quatro por e de entre as associações de portugueses no estrangeiro (dois representando a Europa e dois representando os países fora da Europa). Os membros eleitos e designados terão igual legitimidade, serão, em ambos os casos, membros do CCP, escolhidos, ainda que de modo diferente, para integrar aquele órgão.

Até agora a principal forma de propor candidaturas à eleição dos conselheiros das comunidades era por via associativa, coisa que desaparece na nova Lei. Mas, reconhecendo o papel relevante das associações no seio das comunidades, outorga-se a sua representação orgânica através

“Ora, desde o Passaporte Electrónico ao cartão do cidadão, e à consolidação do sistema de gestão consular, houve um fortíssimo investimento em recursos tecnológicos para aumentar a qualidade e agilidade da resposta às necessidades das pessoas”

da designação de quatro membros oriundos do movimento associativo.

De igual modo se valoriza as autonomias regionais dando-lhes representatividade “de per si” pela designação que os órgãos regionais próprios farão, com dois membros, no sentido de tomarem assento no CCP.

E o mesmo se pretende para valorizar os lusoeleitos, com quatro membros a designar de entre si, que constituem uma mais-valia para Portugal, a diferentes níveis, desde logo pela sua capacidade de representação cívica e institucional onde repousa a legitimidade dos mandatos democráticos obtidos nos diferentes países de acolhimento.

Ainda no que respeita ao CCP, foi também criado o Conselho Consultivo da Juventude para as Comunidades Portuguesas. Qual a razão de ser desta estrutura?

A razão de ser é muito simples: o nosso país tem de estar atento e motivar as novas gerações. É fácil de

entender que o futuro das comunidades, a nova comunicação que se deve ter com elas – cujas ambições são totalmente diferentes das dos seus antepassados, assim como os interesses/relação de Portugal com eles – tem de assentar em novos pilares. Se não quisermos perder gerações que agora despontam a todos os níveis nas sociedades de acolhimento, é deixar estar as coisas como estão. Não é esse o entendimento do Governo. Pelo contrário. Apostamos numa aproximação sistemática que não assente em problemas do passado, mas que evite novos problemas no futuro. Portugal tem espalhado por todo o mundo uma geração que está muito bem inserida política, social, académica, científica, económica e culturalmente praticamente em todos os países. Muitos deles são líderes nessas áreas. É nosso entendimento que deve haver uma política de aproximação, nalguns casos até de recuperação, da qual será sobretudo Portugal o grande beneficiado.

Olhando para o que já foi feito na sua Secretaria de Estado parece que o Programa de Governo já está cumprido. O que falta ainda fazer?

Há sempre algo a melhorar, há sempre matéria a aperfeiçoar, não nos deixamos arrastar pelo sentimento do “já feito”. Ter a veleidade de pensar que está tudo feito seria ver as comunidades como uma realidade estática e imutável, quando é precisamente o oposto: as suas necessidades mudam, os problemas que as afectam também, e qualquer trabalho político junto das comunidades tem de ser desenvolvido nesta perspectiva de realidade dinâmica, porque é de pessoas que se trata e tantas vezes a muitos quilómetros de distância. Este trabalho de ligação ao nosso país exige sempre mais da nossa parte. Estamos, por exemplo, a trabalhar há dois anos nos programas “Fórum Mundial dos Luso-Eleitos”, onde já foram detectados mais de 700 cidadãos de origem portuguesa eleitos para cargos políticos, e o “Netinvest” que visa facilitar aos empresários portugueses sedeados no estrangeiro investirem em Portugal em igualdade de oportunidades que o país concede a outros. Eis dois projectos que vão ao encontro da tal necessidade de encarmos as comunidades de ângulos diferentes dos tradicionais.

Por fim, qual o balanço que é possível fazer do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas?

Essa análise caberá fundamentalmente e em última instância aos cidadãos. Por mim, direi que tem havido grande aplicação na reforma dos serviços, dotando-os de melhores condições.

Para o exercício pleno dos direitos de cidadania, antes de mais nada,

a relação do cidadão que vive no estrangeiro com a sua própria administração pública deve ser assegurada em moldes equivalentes aos restantes cidadãos que vivem em Portugal e esse tem sido o primado da acção programática dirigida aos portugueses da diáspora.

Ora, desde o passaporte electrónico ao cartão do cidadão, e à consolidação do sistema de gestão consular, houve um fortíssimo investimento em recursos tecnológicos para aumentar a qualidade e agilidade da resposta às necessidades das pessoas.

Por outro lado, investiu-se na projecção e divulgação da imagem e do conhecimento, mais realista, e, por isso, mais positivo, das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, permitindo-me destacar, entre outras, acções como a Gala do Talentos, que premeia anualmente quem se evidencia em 12 áreas de actividade humana distintas, e o Festival Lusa-Vox, que permite aos jovens talentos musicais, que se exprimem em língua portuguesa, virem até nós, conhecerem-se entre eles e projectarem-se no mundo.

Lançamos a Escola Virtual, num protocolo com universidades e outras instituições, cujo papel reputamos de muito importante no contexto da divulgação e ensino da língua e cultura portuguesa.

Dedicou-se atenção especial aos fenómenos associados ao trabalho no estrangeiro. Promoveu-se a cooperação alargada entre autoridades judiciárias e laborais nacionais e respectivas homólogas em diferentes países onde há portugueses sujeitos a contratação temporária, tendo em vista lutar contra a exploração de trabalhadores, designadamente através de acordos bilaterais nesses domínios, com diferentes países. Tem existido especial atenção e apoio aos trabalhadores portugueses no contexto da União Europeia, dada a existência de livre circulação, o que facilita a proliferação de “oportunidades” tantas vezes de risco elevado, reforçando o controlo e a fiscalização quanto à legalidade dos contratos e cumprimento escrupuloso das leis laborais, elucidando, igualmente, todos quantos possam constituir-se como candidatos a esse tipo de contratação.

Tem sido gratificante a colaboração com as autarquias portuguesas, com quem temos estabelecido parcerias na criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante cuja estrutura permite, justamente, não só divulgar exaustivamente informação como tratar, em concreto, questões relacionados com o trabalho no estrangeiro e respectiva salvaguarda de direitos.

Tem havido também a preocupação em responder rapidamente às situações pontuais que afectam os portugueses, sejam residentes no estrangeiro, seja na condição de trabalhadores temporários ou de viajantes.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do
Plano Tecnológico**AVALIAR PELOS
RESULTADOS**

APÓS dois anos de intenso esforço e trabalho político para recuperar a credibilidade das contas públicas e garantir a sustentabilidade do modelo social, o Governo tem agora condições progressivamente mais favoráveis para aprofundar e acelerar a aplicação de novas políticas de âmbito social, adequadas aos novos tempos e capazes de tirar melhor partido dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos disponíveis.

Importa por isso não cair na ratoeira ou na tentação fácil do regresso ao passado. O facto de haver agora maior disponibilidade para investir no domínio social não significa, nem pode significar, a simples reposição das medidas e dos modelos que quase asfixiaram o sistema, sem que deles decorressem resultados convincentes.

A medida da validade das políticas não deve ser a estabilidade das rotinas, mas sim a qualidade dos resultados obtidos com as novas práticas.

Se há novos modelos de acesso ao sistema de saúde, menos importante do que a contabilidade dos recursos e da sua localização é avaliar se as pessoas têm respostas mais eficientes de promoção da saúde pública e dos cuidados médicos diferenciados.

Se existe um novo equilíbrio no financiamento do sistema de Segurança Social, menos importante do que analisar a satisfação de expectativas individuais é avaliar se o sistema se tornou mais equitativo, sustentável e respeitador do interesse geral.

Se foi reformulado o dispositivo de segurança pública, mais importante do que medir a distância de cada casa ao quartel da GNR ou da PSP é avaliar a eficácia preventiva e reactiva dos novos sistemas de protecção de pessoas e bens.

Os exemplos enumerados são meramente exemplificativos. Em todos eles, a minha convicção profunda é que os novos modelos de resposta são mais favoráveis às pessoas, embora essa percepção só seja adquirida através da experiência concreta de cada cidadão, única forma eficaz de quebrar a inércia do hábito e a barreira do ruído de fundo corporativo que se opõe a qualquer mudança.

A qualidade das nossas políticas sociais é a matriz da nossa diferenciação positiva. Mais uma razão para avaliar resultados e não conveniências. É esse o nosso dever ético e político.

**Sócrates anuncia
reforma da gestão escolar**

DEBATE NA AR

Abriu a escola, reforçar a participação das famílias e das comunidades na sua direcção estratégica, favorecer a constituição de lideranças fortes e reforçar a autonomia dos estabelecimentos de ensino, foram as novidades que o primeiro-ministro levou a debate ao Parlamento.



“TEMOS hoje mais alunos nas escolas, mais estabilidade e mais incentivo ao bom desempenho”. Teremos ainda, acrescentou José Sócrates, com esta reforma do sistema de gestão escolar, que será em breve aprovada na generalidade em Conselho de Ministros, “escolas mais abertas, mais bem organizadas e mais bem dirigidas”.

Esta reforma, garantiu o primeiro-ministro, é feita para “servir a escola pública e o país”.

Em relação à educação, formação profissional e qualificação dos portugueses, Sócrates considerou-as condições “essenciais” para o desenvolvimento e o sucesso do país, do mesmo modo que a reforma da gestão escolar, que o primeiro-ministro anunciou em primeira mão no Parlamento, irá revolucionar o quotidiano dos estabelecimentos de ensino, dando-lhes um impulso reformista que importa continuar”.

Chegou o momento, adiantou, de avançar com as alterações da lei de autonomia, gestão e administração escolar, estabelecendo três objectivos fundamentais: abrir a escola, reforçando a participação das famílias e comunidades na sua direcção estratégica, favorecer a constituição de lideranças fortes e reforçar a autonomia das escolas.

De entre as várias novidades anunciadas, um dos destaques a assinalar refere-se ao facto de a direcção executiva das escolas passar a ser assumida por um director, que passará a ser coadjuvado por um pequeno número de adjuntos, sendo que a dimensão desta equipa “dependerá da dimensão da escola”.

Ser-lhe-á confiada a gestão administrativa, financeira e pedagógica, “assumindo também, este director, a presidência do conselho pedagógico”.

Para o primeiro-ministro, esta tarefa, pela importância e dimensão que acarreta, deve ser assumida por um professor do quadro, “pertença a essa ou a outra escola”, devendo, em qualquer caso, como referiu, “possuir as qualificações necessárias para o exercício das funções”, quer pela sua formação, quer “pela experiência já adquirida”.

Quanto ao reforço da autonomia

dos estabelecimentos de ensino, José Sócrates depois de sublinhar que a “autonomia das escolas vai de par com a responsabilidade e a prestação de contas e com o sistema de avaliação externa”, devem contudo responder, por um lado, face às famílias e comunidades locais, “através do concelho geral em que estão representadas”, e, por outro lado, face “ao conjunto da sociedade portuguesa”.

É com este espírito, disse ainda o primeiro-ministro, que o novo regime jurídico definirá um enquadramento normativo mínimo, “deixando ampla liberdade de organização a cada escola”, através de um reforço das competências de cada equipa directiva na gestão administrativa e do pessoal, permitindo assim o “desenvolvimento dos contratos de autonomia”, por meio dos quais as escolas acertam com o Ministério da Educação a transferência de novas competências e “comprometem-se, por seu turno, com a obtenção de metas e resultados, com natural destaque para as aprendizagens dos alunos”.

Política educativa apresenta resultados positivos

A qualidade do serviço público de educação, em apenas dois anos e meio registou sucessivos progressos que Sócrates quis sublinhar no debate mensal no Parlamento.

Dos vários exemplos que citou, realce para a reordenação da rede do 1º ciclo, “acabando as situações inaceitáveis de escolas com um número ínfimo de alunos”, onde o insucesso escolar perfazia uma elevadíssima taxa, que foram substituídas por centros escoares “bem equipados e dotados de cantinas, bibliotecas e instalações para educação física”, do mesmo modo que se procedeu ao prolongamento do horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo, “abrindo novas perspectivas para o enriquecimento curricular, como as ligadas às expressões artísticas, o inglês, o desporto ou as novas tecnologias”.

Em dois anos, disse ainda o primeiro-ministro, cresceu o número de alunos a frequentar o ensino secundário, já que este ano se registaram mais 18.500 alunos do que

no ano lectivo passado, do mesmo modo como também aumentaram os alunos do ensino superior que passaram a ser mais 17 por cento, “em consequência de haver mais alunos a concluir com êxito os cursos secundários”.

Há muitos anos, lembrou, as escolas vinham ano após ano a perder alunos, “o que agora já se começou a inverter”, do mesmo modo que Portugal também vinha a registar dificuldades acrescidas no que respeita à recuperação dos indicadores de insucesso escolar, algo que agora se começou também a inverter, “como demonstram todas as estatísticas”.

Alberto Martins saúda presidência portuguesa da UE

O presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, começou a sua intervenção no debate por saudar os resultados alcançados pela presidência portuguesa da União Europeia, lembrando, desde logo, o sucesso com a aprovação do Tratado de Lisboa, até às cimeiras da UE-Brasil ou a mais recente realizada entre a UE-África, que, referiu, “abre uma nova parceria estratégica para o futuro”.

Sobre o tema em discussão, a política de educação e a reforma da gestão escolar, Alberto Martins afirmou que o modelo de gestão das escolas apresentado pelo Governo é “democrático, consistente e sério”, salientando que a escola que “estamos a defender é a escola pública e não a do PSD que escolhe os alunos”.

A escola pública, lembrou, “é uma de inclusão”, lamentando que as oposições tenham quase passado ao lado deste assunto que classificou de “tão grande relevância”.

Em resposta aos estafados papões agitados pela direita em torno da segurança interna, o líder da bancada socialista não teve dúvidas a afirmar que “não temos lições a receber dos senhores”, defendendo que a política do Governo nesta matéria “é de tolerância zero para com o crime e as suas causas”, lembrando a este propósito que “Portugal é um dos países mais seguros no contexto internacional”. **R.S.A./J.C.C.B.**